

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

# 332 ANOS de MANAUS História e Verdade



**valer**  
EDITORA

CULTURA  
  
Edições  
Governo do Estado

**332 anos de Manaus**  
**História e Verdade**



Diretor  
Ruy Alberto Costa Lins

Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA**  
**DEPARTAMENTO DE LITERATURA**  
**PROGRAMA MANIA DE LER**

**332 anos de Manaus**  
**História e Verdade**

 **Valer**  
E D I T O R A

 **CULTURA**  
Edições  
Governo do Estado

Copyright © Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, 2001

Editor  
Isaac Maciel

Coordenação Editorial  
Tenório Telles

Capa  
Horacio Martins

Diagramação  
Heitor Lopes

Revisão  
Cynthia Teixeira  
Marcos Sena  
Sergio Luiz Pereira

Normalização  
Ycaro Verçosa

---

I59t Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

332 anos de Manaus – História e Verdade. / Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.

104 p.

ISBN 85-7512-039-5

1. Manaus – História I. Título

CDU 981(811.31)

---

2001

Editora Valer  
Rua Ramos Ferreira, 1195  
69010-120, Manaus-AM  
Fone: (92) 633-6565  
e-mail: editora@valer.com.br

Instituto Geográfico e Histórico  
do Amazonas – IGHA  
Rua Bernardo Ramos, 117  
69005-310, Manaus-AM  
e-mail: igham@argo.com.br

# Sumário

## Apresentação

Robério Braga ..... 11

## Manaus Tricentenária

Pe. Nonato Pinheiro ..... 19

## Mensagem do Tricentenário

Paulo Pinto Nery ..... 21

## Prefeitura Municipal de Manaus

Programação dos Festejos do Tricentenário ..... 27

## Parecer do professor Mário Ypiranga Monteiro

31

## Alguns registros sobre as origens da cidade de Manaus e a definição da sua data maior

Ruy Alberto Costa Lins ..... 35

## Os começos de Manaus

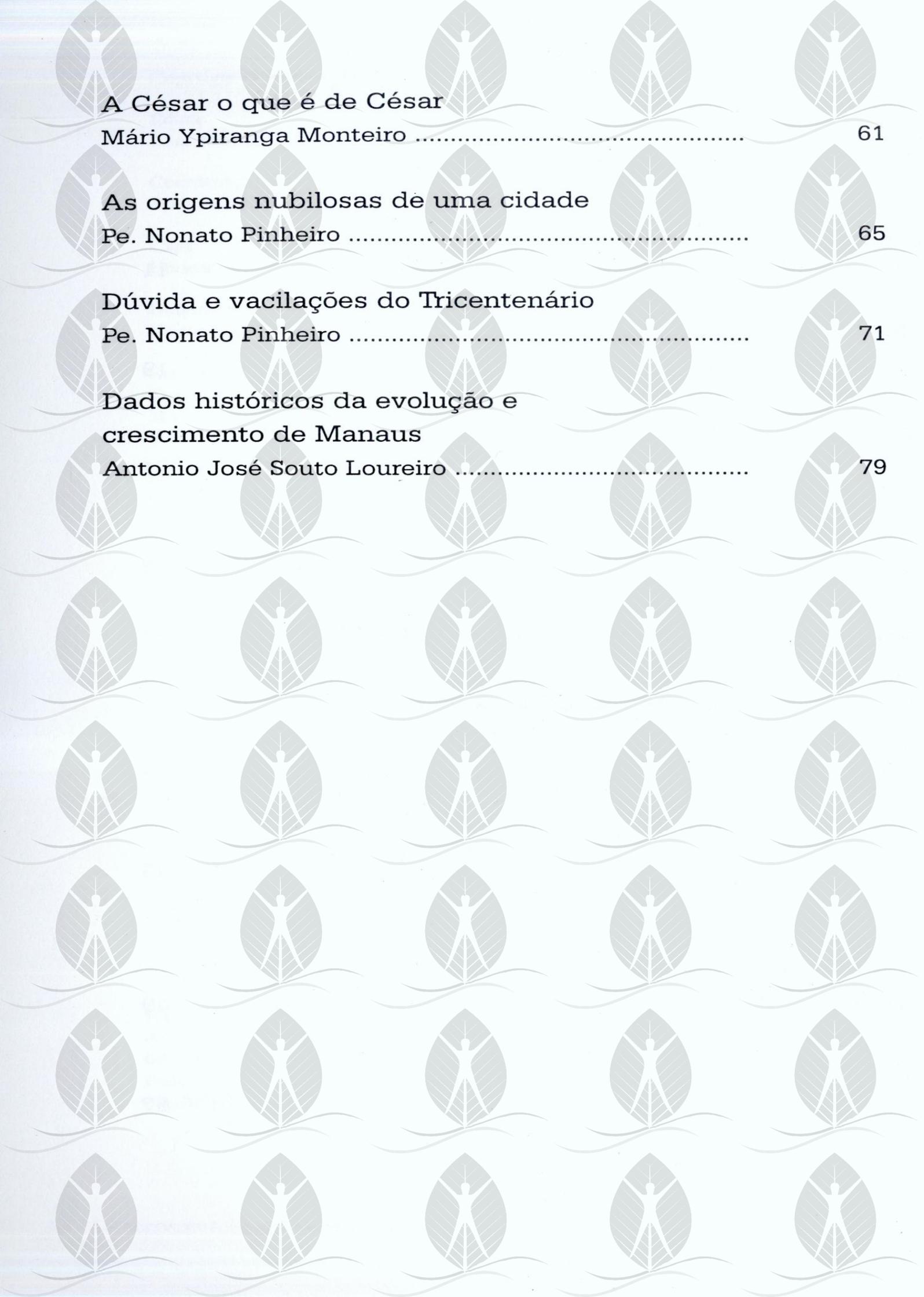
Marita Socorro Monteiro ..... 43

## A presença portuguesa no desenvolvimento do Amazonas

Barros de Carvalho ..... 49

## A propósito da fundação de Manaus

Arthur Cezar Ferreira Reis ..... 57



A César o que é de César

Mário Ypiranga Monteiro .....

61

As origens nubladas de uma cidade

Pe. Nonato Pinheiro .....

65

Dúvida e vacilações do Tricentenário

Pe. Nonato Pinheiro .....

71

Dados históricos da evolução e  
crescimento de Manaus

Antonio José Souto Loureiro .....

79

# Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas

Casa de Bernardo Ramos

Fundado em 25 de março de 1917

## DIRETORIA 2001/2003

Presidente: Robério dos Santos Pereira Braga

Vice-presidentes: Manoel Roberto Lima Mendonça  
Antônio José Souza Loureiro  
Max Carpentier Luiz da Costa

Secretário-Geral: Arlindo Augusto dos Santos Porto

Secretário-Geral  
Adjunto: Marita Socorro Monteiro

Tesoureiro: Humberto Figliuolo

Tesoureiro-Adjunto: Arnaldo Felisberto Imbiriba da Rocha

Diretores: Geraldo Xavier dos Anjos (Biblioteca)  
Abraham Sena Baze (Museu)  
Ruy Alberto Costa Lins (Revista)

Conselho Fiscal  
Efetivos: Junot Carlos Frederico

Roosevelt Braga dos Santos

Suplentes: Albertina Costa do Rego Albuquerque  
Paraguassu Pinheiro de Oliveira



# Quadro de Poltronas e Sócios Efetivos do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, no Dia 24 de Outubro de 2001

N.º	Patrono	Ocupante
01	Adolpho Ducke	Albertina Costa Rego Monteiro
02	Agnello Bittencourt	Robério dos Santos Pereira Braga
03	Alberto Rangel	José Jefferson Carpinteiro Péres
04	Alexandre Rodrigues Ferreira	Almir Diniz de Carvalho
05	Alexander von Humboldt	Arnaldo Felisberto Imbiriba da Rocha
06	Alfredo Augusto da Matta	Humberto Figliuolo
07	Alfredo Russel Wallace	Vago
08	Ambrósio Fernandes Brandão	Roosevelt Braga dos Santos
09	André Vidal de Araújo	Jayme Pereira
10	Antônio Gonçalves Dias	Daniel Ferreira da Silva
11	Barão de Sant'Anna Nery	Jorge Humberto Mendes
12	Bernardo Azevedo da Silva Ramos	Junot Carlos Frederico
13	Cândido Mariano Rondon	Antonio José Souto Loureiro
14	Carl Friedrich Philip von Martius	Vago
15	Constantino Tastevin, padre	Vivaldo Barros Frota
16	Curt Nimuendaju	Antonio Braga Teixeira
17	Edgar Roquette-Pinto	Vago
18	Ermanno Stradelli	Newton Sabbá Guimarães
19	Euclides da Cunha	Mateus da Silva
20	Francis Castelau	José Geraldo Xavier dos Anjos
21	Francisco Adolpho Varnhagen	Elson José Bentes Farias
22	Gabriel Soares de Souza	Vago
23	Gastão Cruls	José Alves de Araújo
24	Gaspar da Madre de Deus, frei	Manoel Roberto Lima Mendonça
25	Jean de Léry	José das Graças Barros de Carvalho

26	Jean Louis Rodolphe Agassiz	Francisco Gomes da Silva
27	João Batista de Faria e Souza	Vago
28	João Barbosa Rodrigues	Moacir Couto de Andrade
29	João Barbosa von Spix	Ignes de Vasconcelos Dias
30	João Capistrano de Abreu	José Bernardo Cabral
31	João Francisco Lisboa	Vago
32	Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo	José Roberto de Alencar Jansen Pereira
33	José de Anchieta, padre	Altino Berthier Brasil
34	José Francisco de Araújo Lima	Waldemar Batista de Salles
35	Barão do Rio Branco	Jorge Alencar
36	José dos Santos Inocentes, frei	Mário Ypiranga Monteiro
37	José Veríssimo	Vago
38	Karl Von Den Steinem	Marita Socorro Monteiro
39	Manuel da Gama Lobo d'Almada	Luiz Maximino Miranda Corrêa
40	Manuel da Nóbrega, padre	José Roberto Tadros
41	Paul Le Cointe	Jorge de Paula Gonçalves
42	Pero de Magalhães Gandavo	Paraguassú Pinheiro de Oliveira
43	Raimundo Moraes	Max Carpentier Luiz da Costa
44	Raimundo Nonato Pinheiro	Vago
45	Rodolpho Garcia	Arlindo Augusto dos Santos Porto
46	Romualdo Seixas, Dom	Abraham Sena Baze
47	Sílvio Romero	João Mendonça de Souza
48	Theodor Koch-Grünberg	Ruy Alberto Costa Lins
49	Vivaldo Lima	Armando Andrade de Menezes
50	Waldemar Pedrosa	João dos Santos Pereira Braga

## Apresentação

Robério Braga\*

Manaus nasceu em 1669. Não há como desconhecer este fato e torná-la com pouco mais de cem anos, como desejam alguns, na busca, possivelmente, de serem notáveis e redescobrirem o tempo.

O núcleo urbano que deu origem à cidade, hoje capital do Estado do Amazonas, localizada à margem esquerda do Rio Negro, teve início com a construção do Forte de São José da Barra do Rio Negro, por Francisco da Mota Falcão, a exemplo de várias outras cidades brasileiras, cujo objetivo era demonstrar a presença lusitana e fixar o domínio. Era típico da política de Portugal, que buscava preservar a soberania sobre as terras conquistadas.

Estava em uma pequena elevação, entre dois igarapés, a três léguas acima da confluência dos rios Negro com o Solimões e foi equipado com duas peças de bronze e duas de ferro, de calibres um e três. Seu primeiro comandante foi o capitão Angélico de Barros. Seu capelão foi o padre Anacleto de Carvalho Silva, cura da capela de Jesus, Maria e José. Na época, o lugar se resumia a três acanhadas ruas.

---

\* Robério dos Santos Pereira Braga. Presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde ocupa a Poltrona n.º 2, cujo patrono é Agnello Bittencourt. Tomou posse no dia 25 de março de 1973. Já foi presidente do IGHA no período de 1981 a 1990. Também é sócio efetivo da Academia Amazonense de Letras, ocupando a Cadeira n.º 22 – patrono Farias Brito, tendo tomado posse a 25 de setembro de 1982, e da qual foi seu presidente. É o atual secretário de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, do Governo do Estado do Amazonas.

Na verdade, quando da construção do forte, já havia no local uma pequena aldeia indígena, valorizada pelo equipamento militar, embora a principal autoridade tenha continuado a ser o encarregado do Diretório, o chefe dos índios, o encarregado-geral. É como diz mais adiante, no mesmo artigo, o mestre Ypiranga: *A História de Manaus deve partir da existência do forte, sim, e não de um homem que o construiu de ordem do rei de Portugal, como medida de estratégia...*

À sombra da fortaleza vieram abrigar-se nativas de passés, paisanas, urequenas, manãos, juris, constituindo o primeiro núcleo populacional da futura vila, cidade, município e capital. O núcleo urbano que se formou ganhou nova organização a partir da chegada dos religiosos carmelitas em 1695, que logo erigiram uma igreja coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Por todos os levantamentos feitos, e ao longo de tantos anos, vê-se claro que aquele sítio, quase familiar de um grupo indígena, foi alentado pela construção do forte em 1669, e a cidade foi se constituindo sem que ordem portuguesa tenha havido para sua decretação, alcançando evolução natural, assumindo os predicamentos ordinários de lugar, vila e cidade, sede e capital, ao contrário de outros lugarejos que, mesmo fortificados, não prosperaram.

Erigido com o nome de Forte de Jesus, Maria e José, ou simplesmente de São José da Barra, é mesmo de 1669 como referem os estudiosos Araújo Amazonas, Aprígio de Menezes, Agnello Bittencourt, J. B. Faria e Souza e Joaquim Nabuco, embora outros autores informem data diversa, mas todos ficam pelas cercanias daquela data assentada pela maioria.

Esta era a política de Portugal, chamada por alguns de “política das fortalezas”. Como assinala João Renôr de Carvalho, era a política expansionista que procurava consolidar poder no espaço territorial amazônico, construindo fortalezas em pontos considerados estratégicos para evitar invasões estrangeiras, em terras tão distantes e extensas.

Já em 1980, por artigo que lancei na imprensa, procurava explicar, de forma simples, a evolução do agrupamento que se transformou na capital amazonense. Em síntese apertada, foi este o encaminhamento: Fortaleza da Barra, agrupamento de índios e soldados, Aldeia de São José da Barra, Lugar da Barra do Rio Negro, Vila de Manãos, Cidade da Barra do Rio Negro e Cidade de Manãos, contados do ano de 1669 ao ano de 1856.

O fato histórico foi assim comemorado. Afora os festejos que anunciou o professor Mário Ypiranga Monteiro e que foram realizados em 1869, no bicentenário da instalação do Forte, em 1969, no governo Danilo Duarte de Mattos Areosa, sendo prefeito de Manaus o Dr. Paulo Pinto Nery, foram realizadas as comemorações oficiais do tricentenário de fundação de Manaus, com eventos culturais, artísticos e populares, outorga de medalhas comemorativas a várias personalidades importantes, saraus, concertos no Teatro Amazonas, prêmios literários oficiais concedidos pela Fundação Cultural do Amazonas e *show* popular com o artista Jair Rodrigues na Praça 14 de Janeiro, publicando-se edição especial de *O Jornal* em 24 de outubro de 1969, inclusive com vulgarização de documentos históricos de alto valor. Tudo teve seu ponto alto no dia 24 de outubro, atendendo a data, sugestão de Arthur Reis, mas reportando-se ao ano de 1669, como da fundação de Manaus. Assim, temos que Manaus completa neste ano de 2001, 332 anos de fundação.

A propósito o professor Agnello Bittencourt, em seu livro *Fundação de Manaus – Pródomos e Seqüências*, dado a lume em 1969 quando das comemorações do tricentenário de Manaus, como está registrado oficialmente no corpo do livro, com a autoridade de pesquisador emérito e filho da cidade nascido em 1876, afirmou com precisão, demonstrando a evolução dos interesses na região:

*Já antes, pela necessidade de garantir os portugueses na boca do Rio Negro contra os jesuítas espanhóis e os indígenas hostis, aliados aos holandeses da Guiana, foi construída em 1669, pelo capitão Francisco da Mota Falcão, a Fortaleza de São José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus.*

E explicou:

*Tratava-se de uma obra rústica, de forma quadrangular, feita de grossas paredes de pedra e barro, com uma das faces para o rio (...) e cuja construção durou cerca de quatro anos.*

E é o mesmo mestre quem afirma em seu trabalho “Manaus, sua origem e desenvolvimento”, publicado na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, de 1948:

*Viu o governo português que o Rio Negro era um excelente caminho para a penetração de holandeses e espanhóis. Fazia-se mister barrá-los.*

*Corria o ano de 1669. E, logo se fundou a Fortaleza de São José do Rio Negro, chave militar e econômica, senão política, da imensa região que ia aos campos do Rio Branco e às montanhas do Orenoco.*

É o que ensina também o historiador e desembargador Manoel Anísio Jobim, em artigo lançado na mesma *Revista*:

*Em 1669, em virtude da ordem do rei de Portugal (...) era fundado o forte, que recebeu o nome bíblico de Jesus, Maria, José, no local em que está hoje edificada a cidade de Manaus.*

*Edificada a fortaleza começou a surgir o povoado, que a legislação antiga denominou de Lugar da Barra. Os índios mais dóceis suscetíveis de aceitar a vida sedentária foram os primeiros a se aproximar, entrando em negociação com os soldados da guarnição e seu comandante, que tinha, conforme instruções recebidas, todo o interesse em reuni-los, ajustá-los à vida civilizada, e a aproveitar-lhes a energia cabocla para os trabalhos de pesca, da agricultura, da pequena e rude indústria que começava a esboçar-se...*

Sobre o surgimento de Manaus, diz com propriedade o professor Arthur Cezar Ferreira Reis em *Manaus e outras Vilas*, dado a lume originalmente em 1934 e só agora em segunda edição:

*Foi à senhora protetora do fortim, que nasceu Manaus. Como Santa Maria de Belém, a Fortaleza, o Natal. A princípio, simples aldeamento de nativos que vinham, naturalmente, entreter comércio com os soldados da guarnição. Comércio de drogas do sertão, de especiarias cobiçadas, de nativos mesmo, uma vez que o posto militar existia (...) para zelar a entrada, a façanha, o arrojo dos sertanistas das tropas de resgates.*

Recentemente, creio que por volta do ano de 1985, inovando, não sei com que motivação, o prefeito Manoel Henriques Ribeiro resolveu explodir os meios de comunicação com material publicitário anunciando os festejos de 137 anos de Manaus, a estabelecer, de logo, grande confusão entre estudantes e professores e um choque com a história urbana do lugar, seus viajantes e descrições conhecidas desde todo o período colonial. Disso poucos reclamaram, chegando o tal movimento de burla a ganhar quase foro de verdade cristalina.

Se não bastarem as informações históricas, colha-se da Lei Orgânica do Município de Manaus, o seu art. 3.º, tal como diz inscrever na condição de Relator-Geral em 1989/1990:

*A sede do Município, fundada em 1669, tem o nome de Manaus e a categoria de cidade.*

Como se não bastassem, alguns ainda insistem, nos dias de agora, com a mesma asneira, sem explicação correta da razão destes eventos estapafúrdios, valendo-se da data da elevação de Manaus à categoria de cidade, coisa que não tem maior representatividade.

O encadeamento dos fatos permite a compreensão ampla dos acontecimentos e, ao final, não restam dúvidas, Manaus completa neste ano de 2001, 332 anos de fundação tomada a civilização européia sobre nós, como em todas as demais cidades brasileiras.



**332 anos de Manaus**  
**História e Verdade**



# Manaus Tricentenária

*(Dedico a todos os intelectuais  
que, como o autor, nasceram em Manaus)*

Padre Nonato Pinheiro\*

Três séculos volveram na ampulheta  
Do tempo, linda urbe rio-negrina,  
Da civilização flor peregrina  
Beijando a Selva, pulcra borboleta!...

Quisera cores mil numa paleta,  
O verso de ouro, a rima alabastrina  
Para esculpir uma obra de arte fina,  
A cada herói belíssima estatueta!

Três centúrias se escoaram, – diz a História!  
De d'Almada e Ribeiro canto a glória,  
E de teu fundador, Mota Falcão!

És meu berço natal, gloriosa Taba!  
E o sangue de arrebóis de Ajuricaba  
Corre em golfadas no meu coração!...

18 de abril de 1969.

---

\* Pe. Raimundo Nonato Pinheiro. Amazonense de Manaus, onde nasceu a 10 de maio de 1922 e faleceu a 9 de setembro de 1994. Sacerdote, filólogo, jornalista, professor, ensaísta, polemista, foi um extremado defensor do idioma pátrio. Pertenceu, sempre com muito destaque e fazendo parte de suas diretorias, ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e à Academia Amazonense de Letras.



# Mensagem do Tricentenário

Prefeito Paulo Pinto Nery\*

A Lei Municipal n.º 1.063, promulgada a sete deste mês, que instituiu o dia 24 de outubro de 1969 como data comemorativa do *Tricentenário da Fundação de Manaus*, foi uma resolução sábia de caráter legislativo, plenamente justificada no testemunho dos mais eminentes estudiosos da História do Amazonas, concordes todos quanto à incerteza do mês e dia em que Francisco da Mota Falcão lançou os fundamentos do fortim de São José da Barra do Rio Negro.

Esta construção – conforme asseveram, também, renomados historiadores – não visou à criação de núcleo populacional com finalidades colonizadoras. A motivação foi de caráter estratégico e traduz o vigilante espírito de Portugal na defesa da vasta área territorial que já começava a tornar-se conhecida, despertando a infreme cobiça de outras nações. Dos alcandorados Andes e pela trilha fluvial Orenoco–Cassiquiare, avançavam os espanhóis; pela embocadura do Rio Amazonas, investiam franceses e holandeses como aves de rapina na olfação de succulenta carniça.

Mariué – a atual Barcelos –, a montante, como núcleo colonizador e o seu contingente de tropa, marcava a presença de

---

\*Paulo Pinto Nery. Nasceu em Manaus no dia 27 de dezembro de 1915. Professor, magistrado, advogado, político. Foi vereador, deputado estadual, deputado federal, vice-governador e governador do Estado do Amazonas. Pertenceu à Academia Amazonense de Letras, onde ocupou a Cadeira n.º 5 – patrono: Araújo Filho. Faleceu em Manaus no dia 15 de novembro de 1995, com 80 anos. Foi um homem de elevado padrão ético e moral. Era Prefeito de Manaus no dia 24 de outubro de 1969, data do Tricentenário da Fundação de Manaus.

Portugal e vigiava a descida do Rio Negro; situava-se, todavia, desfavoravelmente quanto ao tráfego de embarcações pelo Rio Amazonas. O fortim erguido atendia a ambos os propósitos.

Como soe acontecer ainda nos dias atuais com a instalação de Pelotões de Fronteira da Amazônia, o pequeno bastião militar construído naquela época, foi ímã de atração de colonos que se fixaram em suas proximidades e ponto de passagem de mercadores em busca das “ervas do sertão” – especiarias e plantas medicinais – já conhecidas e utilizadas na Europa. De maior significado que esta comercialização trouxe na expansão da incipiente economia, devemos situar, contudo, a profunda transformação que o fortim provocou nas relações entre os forasteiros e os ameríndios – os *Manau* –, donos e senhores da gleba que viam invadidas. À natural prevenção e cruentas hostilidades iniciais sucedeu, embora lentamente, um clima de compreensão e cooperação, acelerado pela natural tendência psicogenética do colonizador português em miscigenizar-se com as populações nativas das áreas geográficas que descobria e colonizava, estruturando-se, assim, o protótipo do homem intertropical, artífice do milagre civilizador que se instalou nas regiões úmidas e quentes, arbitrariamente condenadas por sociólogos e ecologistas sob o fundamento de que não tinham condições para atrair e fixar o emigrante europeu, aspecto este estudado e exposto na obra admirável desse eminente tropicalista patricio que há pouco nos visitou – o professor Gilberto Freyre.

\* \* \*

O inexorável e sincrônico gotejar da clepsidra está marcando o transcurso de três centúrias desde a construção daquela obra de engenharia militar que seria o marco histórico da fundação da Manaus esplendorosa dos dias atuais. Nenhum

traço material dela existe mais. Há, contudo, coincidência digna de registro: nas proximidades desse local, situa-se hoje moderno prédio do patrimônio do Exército, que foi até recentemente o quartel do Grupamento dos Elementos de Fronteira e serve agora ao Estabelecimento Regional de Subsistência da 12.<sup>a</sup> Região Militar. Ao invés de guaritas e ameias, erguem-se paredes lisas e abrem-se amplas salas de uma unidade militar das Forças Armadas sediadas na Amazônia; no topo do mastro, em lugar da bandeira das cinco quinas, tremula, ao bafejo da brisa amazônica, o auriverde pendão estrelado.

Mas ontem como hoje, o mesmo espírito paira sobre aquela área histórica. Idênticos sentimentos de nacionalidade, de acendrado patriotismo e arraigada devoção ao cumprimento do dever vivem nos corações dos cidadãos-soldados que ali labutam, vigilantes no seu afã de manter a integridade territorial e a soberania brasileira sobre vasta região que tantos sacrifícios custaram no seu desbravamento e ocupação, para nos ser legada intacta pelos bravos capitães daquela época, cujos feitos nós – amazônidas – devemos lembrar e enaltecer no culto do nosso civismo nos corações dos amazonenses, resultantes da omissão e indiferença com que os altos escalões do governo da União tratavam os nossos problemas, foram substituídos por nova fé e estímulo vivificante.

Esta mutação operou-se após a Revolução de 31 de março de 1964. A ela devemos os novos fortins de “São José da Barra do Rio Negro”, cujos fundamentos já foram chantados, embora com nomes diferentes. Chamam-se hoje: – SUDAM, SUFRAMA, Universidade do Amazonas, Pelotões de Fronteira, Batalhões de Engenharia, Base Naval, CIGS, Base Aérea, Projeto Rondon, Plano Diretor da Cidade de Manaus, CELETRAMAZON, CAMTEL e COHAB-AM.

Estimulados pela proteção destas “Casas-Fortes”, animam-se os colonos e erguem suas tendas para fixar-se. Os de hoje não são mais mercadores de “ervas do sertão”, mas expoentes decididos da classe empresária de todo o Brasil. Suas armas não são mais a espada e o bacamarte. Empunham agora o teodolito e avançam montados em tratores, desmatando a selva e removendo montanhas de terra. Abrem clareiras e nivelam o solo para erguer os complexos fabris que hão de marcar, de forma definitiva, a alvorada da nossa civilização industrial. Redigem com os seus implementos mecanizados a “Lei Áurea” porque tanto ansiávamos, porquanto ela nos vai alforriar da apagada condição de meros extratores de produtos florestais que fomos nas três centúrias do passado.

Esta é a Mensagem de Fé e Esperança – apagada no contexto, mas sincera na intenção – que dirigimos em nome da Prefeitura Municipal de Manaus a todos os munícipes, formulando no íntimo um pedido a Deus.

A graça de permitir aos 3.000.000 de manauaras consultarem – no ano 2069 – os registros eletrônicos de seus computadores em busca de dados históricos para a programação das festividades do IV Centenário, digam de nós: cumpriram sua missão.

Manaus, 24 de outubro de 1969.



Flâmula alusiva ao Tricentenário da Fundação de Manaus, ocorrido a 24 de outubro de 1969, existente no acervo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.



# Prefeitura Municipal de Manaus

## Programa dos Festejos do Tricentenário

Dia 18

13:00 h – Grande Gincana do Olímpico Clube, promoção – Prefeitura Municipal e DEPRO.

20:30 h – Parque “300 Anos”. Sergio Murilo e Geane.

Dia 19

17:00 h – Encerramento do concurso Bebê Tricentão.

Promoção – *A Notícia* – na Quadra do Atlético Rio Negro Clube.

18:00 h – Espetáculo Infantil no Parque “300 Anos”. Sergio Murilo e Geane.

20:00 h – Abertura do 1.º Festival Norte de Cinema Brasileiro. Cine Odeon – Promoção – DEPRO.

Dia 20

20:00 h – Sessão de Cinema “Parque 300 Anos” (gratuita).

Dia 21

20:00 h – Encerramento do Concurso Galo de Ouro.

Local: Quadra do Atlético Rio Negro Clube.

Promoção – *A Notícia*.

20:00 h – Abertura da 1.ª Semana do Funcionário Municipal.

Local: Auditório do CEPSE.

Dia 22

21:00 h – Futebol – Tuna Luso-Brasileira e Olímpico Clube.

Dia 23

20:00 h – Escolha da Rainha da I Feira de Ritmos do Amazonas.

Local: Quadra do Atlético Rio Negro Clube.

Dia 24

00:00 h – Repique dos sinos das igrejas.

Apitos dos navios ancorados no porto.

Sirene das fábricas.

Salva de morteiros nos bairros.

Saudação do prefeito Paulo Pinto Nery em todas as emissoras de rádio.

06:00 h – Salva de foguetões nos bairros.

07:00 h – Missa Campal no altar armado em frente à Secretaria de Fazenda, local histórico da fundação da cidade.

08:00 h – Entrega ao tráfego público das ruas Leonardo Malcher (trecho entre Ferreira Pena e Getúlio Vargas), Tapajós, Urucará, Parintins, Codajás, Itacoatiara, Carlos Antony, Teresina, Natal, Fortaleza.

16:00 h – Início dos trabalhos de construção da nova e moderna fábrica de jóias da “Beta”.

12:00 h – Salva de foguetes.

13:00 h – Programação especial em todas as emissoras.

15:00 h – Programação Especial na TV Ajuricaba.

17:00 h – Cocktail no Salão dos Espelhos do Atlético Rio Negro Clube.

18:00 h – Instalação do Clube de Imprensa.

20:00 h – Sessão Magna no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

20:30 h – Posse do arcebispo metropolitano de Manaus.

20:30 h – *Show* no Parque “300 Anos”.

Estréia de Noite Ilustrada.

Dia 25

20:30 h – Parque “300 Anos”. *Show* com Noite Ilustrada.

Dia 26

09:00 h – Torneio do Funcionário. Local: Estádio General Osório.

08:00h – Corrida Ciclista Agnaldo Archer Pinto.

Dia 27

21:00 h – Baile da posse da nova Diretoria do Clube Municipal.

22:00 h – Festa do Funcionário no Fazendário Clube.

Dia 28

07:00 h – Programação especial no Clube Municipal.

20:00 h – *Show* do Funcionário.

Dia 29

21:00 h – Futebol – Tuna Luso-Brasileira e Nacional Futebol Clube.

Dia 30

07:00 h – Corrida Agnaldo Archer Pinto.

16:00 h – Torneio do Comerciário.



Parecer do Professor Mário Ypiranga Monteiro,\*  
de 15 de Junho de 1969, Apresentado no  
Conselho Estadual de Cultura

Sr. Presidente,  
Srs. Conselheiros

Comunicando o meu parecer sobre as sugestões apresentadas a este colegiado, respectivamente da autoria dos srs. Luiz Maximino de Miranda Corrêa e padre Raimundo Nonato Pinheiro, o último representando o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, não pretendo em absoluto criar situações que possam vir a ser mal interpretadas, uma vez que a História não se regula pela simples fórmula convencional. No caso presente, quando se trata de reconhecer publicamente o valor de indivíduos ou de situações de fato ou de direito, a História de Manaus não permite vacilações, embora muitos fatos estejam obscurecidos pela ausência de documentos.

É justamente a ausência de um documentário volumoso que situa o problema da fundação da cidade no plano das dis-

---

\* Mário Ypiranga Monteiro. Nasceu em Manaus no dia 23 de janeiro de 1909. Representa, na atualidade, o maior patrimônio cultural do Amazonas. No Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupa a Poltrona n.º 36, cujo patrono é frei José dos Santos Inocentes, tendo tomado posse a 2 de outubro de 1932 (é o seu sócio efetivo mais antigo) e já foi seu presidente no período de 1950/1964. Também é sócio efetivo da Academia Amazonense de Letras, onde tomou posse a 14 de fevereiro de 1948 (também é o seu sócio efetivo mais antigo), ocupando a Cadeira n.º 10, cujo patrono é o Barão do Rio Branco, de onde também já foi seu presidente. Mário Ypiranga Monteiro tem um fantástico elenco de obras publicadas, inúmeras delas traduzidas para diversos idiomas, pertence ainda a numerosas instituições culturais nacionais e estrangeiras e é detentor de inúmeras honrarias, cujo relato completo evidentemente não caberia neste espaço.

cussões teóricas. Isto, entretanto, é resolvido quando se sabe, pelo documentário à mão que nem a Pedro da Costa Favela ou Favila nem a Francisco da Mota Falcão se deve a fundação da cidade. A fundação de uma cidade se revestia de direito consuetudinário, que implicava na tomada de posse em nome do rei. A autoridade investida desse direito lia publicamente o bando, juntava um pouco de terra e atirava-a para o ar. Ora, nada disso houve em Manaus que caracterize uma situação de fato e de direito, que envolva os nomes daqueles cidadãos sugeridos como fundadores, nem nada que ocorra dentro da pragmática. Os apógrafos são omissos nesse particular, mesmo porque não podiam registrar tais fatos.

Dois vassallos do rei de Portugal, Francisco da Mota Falcão e seu filho Manuel da Mota Siqueira foram atribuídos da responsabilidade de construir a Casa-Forte do Rio Negro, e o fizeram em 1669 sem outra qualquer interferência no ritual processualístico e muito menos no desenvolvimento da concentração ativa. Não tomaram posse da terra, não chantaram o marco de fundação exigível, não lavraram termo de posse nem de fundação, não lançaram bandos. Construído o forte, passaram a outros afazeres, nem ao menos ficando residindo no local. Suas atribuições eram apenas as de engenheiro e construtor. É o que consta dos documentos.

A cidade evoluiu à margem de uma desordem administrativa curiosa. De uma grande aldeia de índios Manaus, cursou os vários estágios de arraial, lugar, vila e cidade à mercê dos caprichos individuais. Se cabe alguma homenagem a alguém, esse alguém deveria ser sargento Guilherme Valente, que teve a habilidade de chamar a amizade dos índios, convolvendo núpcias com a filha do tuxaua. Conseqüentemente, meu parecer é que este douto Conselho Estadual de Cultura avoque a si o

direito lícito de opinar sobre o assunto, deixando de tomar em consideração as duas propostas apresentadas, que aparecem como fruto de nenhuma validade histórica no caso da fundação da cidade, embora não se possa deixar de louvar a preocupação que tiveram ambos os signatários das proposições de cooperar.

Isto posto, nós propomos a este conspícuo colegiado que a medalha a ser cunhada leve simplesmente o nome de “Cidade de Manaus”, com os demais títulos a serem discutidos. Para exemplo, basta citarmos o fato recente do biliardário de Paris, cuja medalha de bronze leva o título “Cidade de Paris”, com as armas da cidade no cunho, e demais títulos no verso.

É este o nosso parecer, com visto aos demais Conselheiros.

S.S. em Manaus, 15 de julho de 1969, ano do tricentenário desta fiel cidade de Manaus.

Mário Ypiranga Monteiro  
Relator



# Alguns Registros Sobre a Origem da Cidade de Manaus e a Definição da Sua Data Maior

Ruy Alberto Costa Lins\*

O ano de 1969 contemplou uma efeméride de extremo significado para todos nós que amamos Manaus, naturais ou de outras plagas. Naquele ano ocorreu o seu tricentenário. A Prefeitura Municipal de Manaus comandou uma vasta programação de festividades durante uma quinzena do mês de outubro daquele ano. O dia 24 de outubro, considerado a data maior, foi aberto com o repique dos sinos de todas as igrejas, o apito dos navios ancorados no porto, a sirene de todas as fábricas, a salva de morteiros nos bairros e uma saudação do prefeito Paulo Pinto Nery. Nesse dia, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas realizou uma Sessão Magna comemorativa ao dia do terceiro centenário da cidade, servindo também para a posse de Dom João de Souza Lima na Arquidiocese de Manaus. A sessão foi presidida pelo 1.º vice-presidente, desembargador André Vidal de Araújo, tendo como orador oficial dos dois eventos o Pe. Raimundo Nonato Pinheiro.

No tocante ao ano de instalação do núcleo que deu origem à cidade de Manaus, está bem claro não existir nenhuma dúvida. Os registros históricos são numerosos, consistentes e de autoria de notáveis figuras das letras e dos estudos da

---

\* Economista e professor universitário. Doutor *Honoris Causa* pela Universidade do Amazonas. É sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupando a Poltrona n.º 48, cujo patrono é o naturalista Theodor Koch-Grünberg (1872/1924), tendo tomado posse a 1.º de outubro de 1971. Em 20 de janeiro de 1981, recebeu do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas o título de Sócio Benemérito. Recebeu a medalha da Ordem do Mérito do Estado do Amazonas, no grau de comendador.

história da Amazônia, no geral, e do Estado do Amazonas, no particular. Todos eles guardam uma singular unanimidade.

No século XIX, tivemos o estudioso e exemplar Dr. Aprígio Martins de Menezes, falecido a 19 de abril de 1891, médico, deputado estadual, poeta, jornalista, historiador, pouco citado, mas de boas letras e excelente padrão cultural, que publicou um ensaio no *Almanaque do Amazonas para 1896*, intitulado de “História do Amazonas”. Em determinado ponto da cronologia que adotou, é possível extrair o seguinte registro (guardando a ortografia da época):

*Em 1669 fundou Francisco da Motta Falcão a Fortaleza de S. José do Rio Negro, da qual foi primeiro commandante Angelico de Barros.*

*Esta fundação e os domicilios que em redor d’ella foram estabelecendo algumas famílias de Banibas, Barés e Passés dão a origem da cidade de Manãos (sic).*

Em 1922, portanto já em pleno século XX, Gaspar Antonio Vieira Guimarães (1874/1938), professor e diretor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Manaus, desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado, deputado do Congresso dos Representantes do Amazonas, um dos trinta fundadores da Academia Amazonense de Letras e também sócio (premiado com medalha de ouro) da Sociedade de Homens de Letras da França e Cavaleiro da Legião de Honra da França, credenciais que o colocam como um dos maiores vultos da história cultural do Amazonas, escreveu um ensaio sob o título “História do Lugar da Barra do Rio Negro” (desde a sua fundação até a mudança do nome para cidade de Manaus – 1669-1856), de onde foi extraída a seguinte parcial (também guardada a ortografia da época):

*Assim, em 1669, o capitão-mór do Pará, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, entendeu levar por diante a empresa de ocupação e exploração dos confins do respectivo governo, assegurando o domínio das que nas sobre elles e, ainda sob a impressão dos infórmes que lhe prestára Pedro da Costa Favella acêrca do valor e importancia do Rio Negro, determinou a Francisco da Motta Falcão que em uma das suas margens erigisse uma fortificação, affirmativa dos direitos da corôa lusa.*

*O sollicito emissario escolheu, effectivamente, á margem esquerda desse rio e a sete milhas de sua fôz, um sitio aprazivel, entre igarapés de pura lymphia, sussurrantes cachoeiras e orgulhosas florestas, numa pequena elevação, a 44 m. 9, do nivel do mar; e ahí construiu um baluarte de forma quadrangular, de muralhas baixas, sem fôssos e montando apenas quatro peças de pequeno calibre, a que pomposamente deu o nome de – Fortaleza de São José do Rio Negro –, deixando, na mesma, por primeiro comandante, a Angélico de Barros.*

*Estava, dessa forma, lançado o marco primévo da futura povoação que dominaria, como senhóra e rainha, a região feracissima do alto Amazonas.*

*Repousava a 3°, 8', 4" de latitude austral do Equador, e a 59°, 59', 59" de longitude occidental do meridiano de Greenwich (sic).*

O insigne professor Agnello Bittencourt, expressão incomensurável da grandeza cultural da nossa terra, no seu livro *Fundação de Manaus: Pródornos e Seqüências* (Editora Sergio Cardoso, Manaus, 1969, capa de Álvaro Páscoa, bico-de-pena de Moacyr Andrade, apresentação de Carlos Gomes), bem a propósito lançado no ano do tricentenário e dedicado ao povo de Manaus, é bastante elucidativo:

*Já antes, pela necessidade de garantir os portugueses na boca do Rio Negro contra os jesuítas espanhóis e os indígenas hostis, aliados aos holandeses da Guiana, foi construída em 1669, pelo Capitão Francisco da Motta Falcão, a Fortaleza de São José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus.*

É evidente que, em se tratando de um tema desta natureza, não poderia ficar ausente a consagrada autoridade do professor e historiador Mário Ypiranga Monteiro que, em artigo publicado no *Jornal do Comércio* de 2 de setembro de 1969 (para citar apenas um depoimento), com o título “A César o que é de César”, em determinado trecho esclarece a sua posição:

*Quanto a data, 1669, a mais comum da construção do forte (houve outro, posterior), não somente segui a regra geral, como filiei-me a uma notícia acerca da comemoração do bicentenário de Manaus em 1869. Portanto existe um precedente e não vejo porque deixar de aceitar a data mais preferida.*

Manoel Anísio Jobim (1877/1971), desembargador, historiador de grande nomeada, foi senador da República, sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e da Academia Amazonense de Letras, no trabalho publicado no *Boletim n.º 5*, do IGHA, de 1972, sob o título “O Dia do Centenário”, no capítulo “Albores de Manaus”, assim se expressa:

*Vamos ver os primeiros albores da nossa elegante capital nesse ruidoso século XVI, quando em 1669 o capitão-general Antonio de Albuquerque Coêlho de Carvalho, Governador do Maranhão e Grão Pará,*

*capacitado dos perigos que ocorriam o Rio Negro e parte da Guiana, entregue aos índios, às lendas e superstições, onde situavam-se espanhóis e holandeses disputando o espaço, mandou guardar a foz do rio com a fortaleza que até não muitos anos atrás mantinha-se esborcinada e envelhecida, com as suas ameias em escombros. Escolheu-se lugar para erigi-la a barranca, em que, dezessete quilômetros da foz, do lado setentrional, se estira e espraia e se desdobra e palpita de vida e esplendor a cidade atual, bem ao revés daquele burgo, rústico e obscuro, que se desenvolveu ao lado da fortaleza.*

Antonio José Souto Loureiro, outro bravo e lídimo estudioso da história da Amazônia e do Amazonas, com numerosos livros publicados, no seu *Síntese da História do Amazonas* (Manaus: Imprensa Oficial, 1978, prefácio de Rodolpho Valle), no capítulo denominado “Origens das cidades amazonenses”, assim esclarece:

*Por insistência de Favela (Pedro da Costa Favela), o Governador Geral Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o Velho, determinou a construção de um fortim na barra do Rio Negro, na qual, em 1669, foi incumbido Francisco da Mota Falcão. O primeiro comandante da casa-forte foi Angélico de Barros. Em torno daquela fortificação surgiu uma aldeia habitada por barés, passés, baniuas, merequenhas, muras e aruaques. O prestígio que Guilherme Valente desfrutava entre os manaus, favoreceu, sobretudo o estabelecimento, visto ser essa tribo a mais numerosa da região. A povoação que então se instalava seria a origem da atual cidade de Manaus.*

Vamos agora apreciar o seu magnífico “Breviário de Manaus” (Coleção História do Amazonas – Memória da Cidade 3, Fundação Lourenço Braga, edição de outubro de 1998, 329.º ano da Fundação de Manaus), quando Robério Braga, historiador, presidente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, vai fundo e com muita autoridade na questão histórica das origens de Manaus, e também sobre a origem da palavra Manaus, garantindo que a edição do fascículo

*É para encerrar a polêmica, dissipar a dúvida, explicar aos estudantes, esclarecer o que se perguntam os mais velhos, evitar que o registro atual deturpe a verdade histórica.*

Logo no capítulo inicial transcreve parte do artigo publicado em *O Jornal de Manaus*, no dia 26 de agosto de 1969, pelo professor Arthur Cezar Ferreira Reis, que é o seguinte:

*O que se houve foi o estabelecimento de uma fortificação, justamente onde se localiza a Secretaria de Fazenda, em cujo frontal fiz, em meus últimos dias de governo, inscrever uma homenagem a Motta Falcão, redigida, a meu pedido, por Mário Ypiranga Monteiro, e a cuja sombra foi nascendo, insisto, o centro urbano que é hoje Manaus.*

Estou convencido de que este ensaio do escritor e historiador Robério Braga, também membro da Academia Amazonense de Letras, é suficiente para encerrar quaisquer dúvidas que ainda possam perdurar sobre o tema, não apenas pelo excelente trabalho de pesquisa realizado, mas também pela citação da legislação municipal vigorante, inclusive a Lei Orgânica do Município de Manaus.

Mesmo assim, vamos continuar o nosso trabalho, agora com a professora Etelvina Garcia, possuidora de grandes méritos na pesquisa e no estudo da história do Amazonas, no seu excelente trabalho “Manaus 329 anos de História”, de 24 de outubro de 1998, que, com bastante clareza, confirma o que está acima transcrito:

*A fortaleza de São José da Barra foi construída pelo colonizador português para assegurar o domínio da área de confluência do Rio Negro com o Amazonas e o Solimões e controlar o portão de entrada dos confins ocidentais da Amazônia, reservados à Espanha, em 1494, pelo Tratado de Tordesilhas.*

*Não era bem uma fortaleza, era um fortim de forma quadrangular e muros baixos, com quatro canhões de pequeno calibre, cujas ruínas sumiram da nossa paisagem urbana há mais de 100 anos, destruídas por um incêndio, numa noite de São João.*

*Fortaleza ou fortim, não importa, era o marco da colonização, símbolo do nascimento desta cidade. Na fachada do belo edifício em que funcionou durante muitas décadas a Secretaria da Fazenda, na antiga rua do Tesouro, hoje Monteiro de Souza, há uma placa com a seguinte inscrição: ‘Neste local, em 1669, foi construída a Fortaleza de São José da Barra, sob a inspiração do cabo de tropas Pedro da Costa Favela. Foram construtores o capitão Francisco da Mota Falcão e seu filho Manuel da Mota Siqueira. Desapareceu em ruínas no ano de 1850’. Mas a referência histórica passa despercebida à maioria dos manauenses neste final de século. O prédio pertence atualmente à administração do Porto, e o acesso à área é restrito.*

Existem ainda, é claro, outros bons trabalhos sobre este evento histórico, e outros tantos relacionados com a data do aniversário da cidade de Manaus. Os historiadores, ensaístas e cronistas dos três séculos passados aí estão com os seus testemunhos. Não há como subtrair um fato histórico. Manaus completa 332 anos neste primeiro ano do século XXI.

O nascimento do pequeno e paupérrimo núcleo populacional que deu origem a cidade de Manaus, assim posto, ocorreu em 1669. É uma comprovação revelada claramente pelos fatos históricos. Não existe, assim, nenhuma dúvida sobre o ano de fundação da cidade de Manaus, menos na cabeça daqueles que não sabem ler. Sucede que todas as fontes da história do Amazonas não registram o dia e o mês, ou do término da construção da fortaleza, ou do início da sua construção, ou pelo menos os meses que duraram a sua construção. Nada, absolutamente nada. Assim posto, ficaríamos sem uma data, ou seja, dia e mês, para marcar o nascimento da cidade, nas suas sucessivas etapas de arraial, lugar, vila e cidade. Cidade que ganhará, neste século XXI, com certeza, o fórum de metrópole. É como se o cartório fizesse o registro de nascimento de uma pessoa apenas mencionando o ano.

Adotou-se, então, com muita justeza, a data da Lei n.º 147, de 1848, da Assembléia da Província do Pará, quando a Vila de Manáos passa à categoria de cidade com a denominação de Cidade da Barra do Rio Negro. A partir de 1856 é que ganharia oficialmente o nome de Cidade de Manaus. A referida lei é de 24 de outubro, data que foi escolhida ou ficou prevalecendo para juntar-se ao ano de 1669, e marcar de forma completa a data de nascimento desta maravilhosa cidade.

# Os Começos de Manaus

Marita Socorro Monteiro\*

É com a divisão dos governos – Maranhão, Pará e depois Amazonas, que se define melhor a situação político-administrativa da “colônia”. Essa definição começa, realmente, para nós amazonenses, com a instalação do Arraial. Arraial da Barra, uma predicação que vai valorizar a área pelo simples fato de que nela, em algum lugar saliente, tremula a bandeira das quinas, como afirmação da “presença” do rei. Segundo o filólogo Antenor Nascentes, a palavra porta esta significação.

Não há motivo para querer-se contar a idade de Manaus a partir do aparecimento dos primeiros homens, num período anti-histórico que raia à idade da pedra lascada. À luz do direito das gentes, a pólis começa com a crasta e o templo, segundo a fórmula racional que tem como exemplo maior a fundação de Roma. Isto aconteceu em Manaus, na primeira manifestação municipal que é, como alegam os historiadores mais provecos, o arraial, ou o lugar do rei. Aí é construído o forte e estabelecida uma guarnição, a começar de 1669. A primeira autoridade civil do núcleo “urbano” foi o zelador do povoado, de que se ignora o nome, mas a verdadeira autoridade era militar, e já se sabe, como dizia um padre da época, agastado com a situação, a atmosfera de irregularidades que envolvia a primitiva sociedade. O governo português, imitando o espanhol, instituiu o regime do mitimal, com o que adoçava a temperatura psicológica dos humanos das várias etnias.

---

\* Sócia efetiva do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupando a Poltrona n.º 38, cujo patrono é Karl Von Den Steinem. Tomou posse no dia 25 de março de 1991.

Misturando índios Manau, Tarumã, com Baré, Passé, Guanavena, e outros, se obtinha um caldeamento somático e lingüístico que obstava os alçamentos. Por isso os casamentos, ou uniões irregulares, começaram a prover a sociedade de uma multidão de genes que, por influência dos lusos, branqueou o “breed” (casta), isto é, amorenou os nossos avós. Isto porque o sangue do natural era naquela altura de um teor que oscilava entre os sessenta a setenta por cento de pureza, só sendo superado pelo sangue africano, que atingia os noventa, segundo uma cota oferecida no princípio do século por biólogos brasileiros. O sangue do “europóide” era sifilítico e não passava dos sessenta por cento.

Uma das preocupações do rei foi a promiscuidade em que viviam os índios nas malocas, por isso determinou que o diretor do Povoado obrigasse cada família a ter sua casa independente. Medida muito boa e acertada, por várias razões e motivos, mas duas delas principalmente se elegem aos nossos olhos como dignas de créditos: comunicava ao índio um grau de cidadania, elegendo-o à condição de “vizinho”, ou tapijara (morador permanente), e ao mesmo tempo desenvolvia o horizonte habitacional, pois ninguém poderia dormir na rua, era a exigência. Aquele zelador ou diretor do povoado seria mais tarde nomeado arruador, quando o povoado crescesse mais. A palavra “vizinho” portava significado diferente, gerando um conceito de fixação e de permanência. Segundo as exigências de S. M., as casas deveriam todas observar a mesma aparência, isto é, alinhamento, altura, caiação (branco arábico) e no mais a vontade do morador, quanto ao número de portas e janelas. Como não havia vidros à época (não eram importados), os vãos eram substituídos por lâminas de tecido de fibra vegetal, denominadas urupema (peneira), de ralos miúdos, que permitiam a passagem do ar mas não a curiosidade dos olhos. De

dentro da casa podia ver-se o exterior, mas a recíproca não era verdadeira (Monteiro, Mário Ypiranga. *Tratado da evolução do prédio amazonense*, inédito).

O rei monopolizador ganhava alguma coisa com aquela medida? Ganhava, pois o morador da iuca (casa de taipa, coberta de palha, no antes), pagava dízimos à Coroa e esses dízimos iriam custear os privilégios reais chamados Ordem do Hábito de Cristo, com que se premiavam os fidalgos e nobres, isto é, se lhes pagavam a ociosidade com uma tença (pagamento simbólico) do valor de alguns mil-réis.

Depois do Arraial vem o Lugar, que está um grau acima daquele em matéria de melhoramento administrativo e logo abaixo da Vila, em termos de autonomia. O Lugar tem sua predicação assinalada pelo ano 1799, mas é em 1791 que começa a usurpar a Barcelos vila (ex-aldeia de Mariuá), aquelas prerrogativas primeiras que a Lei do Diretório facilitava para os lugares e aldeias, isto é, promovendo os naturais a cargos de responsabilidade, em franca competência com os brancos, mandando vestir a todos com roupas novas e até armando-os com espadins de salão. Para maior efeito e galhardia. É, portanto, nesta altura que de repente, a Barra, que é regida pelos decretais foraleiros, que já possui ruas e praças, e uma igreja reformulada de ordem de Lobo d'Almada, é também a sede provisória da Câmara (que funcionava em Barcelos, vila e sede das Comissões de Demarcações e Limites), e adquire uma categoria não-oficial de sede da Capitania de São José do Rio Negro. O rei não gostou da transferência e fez voltar a capital para Barcelos, por aviso de 1799. Nesse ano é abolido o Diretório (de índios), que não teve muita eficácia na proteção civil ao natural, embora seus artigos tivessem força de lei, mas eram desrespeitados pela fome de escravos que continuava a des-

graçar as humanidades indígenas, apesar das repreensões, recomendações, castigos, violências das autoridades. Foi nesse estado já bem definido que a administração tomou maior incremento, mas o governador Lobo d'Almada caiu em desgraça, atingido pelas ofensas alimentadas pelo irmão do governador Mendonça Furtado. Nomeado novo governador, o Dr. Manuel Joaquim Vitório da Costa (tem nome de rua), este fez a capital voltar para a Barra, em 1804. Nada fez. Sua preocupação era a chácara no Tarumã, onde cultivava espécies raras de plantas frutíferas. Até cerca de 1900, ainda restavam os fundamentos da casa de pedra da mansão, e de outra na região do baixo Airão.

Toda essa situação muda quando Dom João VI abdica do poder em favor do filho Dom Pedro I, e este, orientado pelo estadista em ação José Bonifácio de Andrada e Silva, proclama a Independência do Brasil, em 1822. A Barra, que não adquirira a predicação de Vila, perde a Câmara, que volta a Barcelos! Situação deveras original, uma capital sem Câmara.

E mais singular ainda, sem ser Vila! Mas seria, logo mais em 1832, com a outorga do Código de Processo Criminal, que dizia no seu artigo 27:

*O lugar da Barra do Rio Negro fica ereto em vila com a denominação de Manaus, servindo de cabeça de Termo, em o qual se compreende a mesma vila e a de Silves, que perde o predicamento de vila e a denominação de Silves, sendo substituída pela de Saracá; e bem assim as freguesias de Aturiáe Amatari (suprimindo o título que cada um tinha de Missão) e de Jaú, que era denominada Airão, com seus limites atuais (Monteiro, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 76, ilustrado. São Paulo, 4.<sup>a</sup> edição, 1994).*

A cidade teve essa predicação no dia 24 de outubro de 1848. Amparada pela Lei n.º 147, votada pela Assembléia Legislativa do Pará, que mandou chamar Cidade da Barra do Rio Negro. A denominação “Manaus” ocorreu da aplicação da Lei n.º 68, de 4 de setembro de 1856, da Assembléia Provincial amazonense, projeto da autoria do deputado João Inácio Rodrigues do Carmo.

E aqui findamos este breve comunicado, porque já estamos no período provincial e outras são as perspectivas administrativas.

Com a instalação da Província do Amazonas, em 1851, a situação de dependência elimina os obstáculos ao progresso, desde que Tenreiro Aranha se dispôs logo a criar secretarias e fazer andar a máquina administrativa. Seu primeiro cuidado foi com a educação. Portugal não havia implantado na Amazônia uma cultura dirigida. Não houve escolas, nem primárias. Com a independência surge em Manaus o Seminário Episcopal de São José, criação oportuna do bispo Dom José Afonso de Moraes Torres, a 14 de maio de 1848. Tenreiro Aranha outorga o Estatuto da Educação, esplêndida peça, e criou a primeira escola pública cuja direção foi dada à senhora professora dona Libânia Ferreira que veio do Pará a chamado. Foi naquele Seminário que nasceu a Imprensa no Amazonas, com uma tipografia montada pelo padre italiano Henrique Cattani, reitor do Seminário.

As secretarias e demais repartições exigiriam inúmeros empregados, e dessa forma criou-se uma nova burocracia, mais tecnicamente compensadora em termos de abrangência das realizações em todos os setores das atividades humanas.

Fonte de consulta:

Além das citadas no texto, ver:

- 1) *Arquivo do Amazonas*. Manaus, 23 de abril, I: 4, 1907; 23 de julho, I: 1, 1909.
- 2) COELHO, Pe. José Maria. Memória sobre a Capitania de São José do Rio Negro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 203, 1951. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional.
- 3) REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Manaus: Tipografia Reis, 1931.
- 4) REIS, Arthur Cezar Ferreira. Manaus e outras Vilas. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*. Manaus, 1934.

# A Presença Portuguesa no Desenvolvimento do Amazonas

Barros de Carvalho\*

Os portugueses encontraram o Amazonas em estado de natureza. A terra e o homem eram primitivos. Além do ambiente natural ser de difícil transformação, os portugueses encontraram no Amazonas concorrentes seduzidos pela matéria-prima, abundante, de fácil colheita e com mercado seguro na Europa. Portugal expulsou estrangeiros e iniciou a luta para dominar o Amazonas, triunfando sobre o meio. Instalou-se aqui em nome da Espanha, sob cujo domínio se encontrava. Arthur Cezar Ferreira Reis ensina que os portugueses “encontrando-se com uma natureza inteiramente diferente daquelas a que se tinham habituado no decorrer da memorável expansão que, pelos mares e por terra, estavam promovendo, não se arrecearam dela. E enfrentando-a, em breve a ela se habituavam, condicionando o seu viver às exigências do novo meio, em torno ao qual entoaram os mais entusiásticos louvores”. Jorge Dias opina que “a capacidade de adaptação, a simpatia humana e o temperamento amoroso são a chave da colonização portuguesa. O português assimilou adaptando-se”. Os portugueses pretenderam estabelecer sua cultura europeia no Amazonas, notando-se que em parte conseguiram e em parte cederam, identificando-se, adaptando-se aos imperativos da cultura indígena, conforme conclusões de Alexandre Rodrigues Ferreira e João Daniel.

---

\* José das Graças Barros de Carvalho. Professor da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas. Procurador do Estado (aposentado). É sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, ocupando a Poltrona n.º 25, cujo patrono é Jean de Léry. Tomou posse a 25 de março de 1969.

## Penetração

A penetração portuguesa no território amazonense foi realizada pelas expedições militares, pelos sertanistas e pelos missionários. As expedições militares puniam os grupos nativos que se opunham às estradas. Os sertanistas colhiam especiarias regionais e resgatavam índios. Os missionários catequizavam os indígenas. A maior resistência dos índios aconteceu entre os rios Negro e Branco, onde vivia a tribo dos Manaus com a qual foram aglutinadas outras por Ajuricaba, símbolo do heroísmo amazonense, para lutarem contra os portugueses e sertanistas que escravizavam os indígenas.

## Registro

Maurício de Heriarte, velho sertanista português de boas letras e participante da jornada de Pedro Teixeira, escreveu o primeiro bom registro científico sobre o Amazonas em sua obra *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Guarupá e Rio das Amazonas*, somente divulgada em 1874, por Varnhagen, em Viena. Os escritos sobre o Amazonas aumentaram principalmente nos séculos XVII e XVIII, notando-se o predomínio de literatura exótica. Arthur Cezar Ferreira Reis afirma que a revelação amazonense é de 1623 a 1749, sendo obra de bravura silenciosa dos sertanistas e missionários portugueses, embora que depois no fim do século XIX e no atual, vários estudiosos estrangeiros tenham contribuído para melhor estudo do Amazonas.

## Forte

Para garantir o domínio de Portugal e a defesa contra estrangeiros, foi levantado o forte de São José do Rio Negro, origem da cidade de Manaus, em 1669, pelo português Francisco da Mota Falcão. O forte defendeu as bocainas do Rio Negro contra as incursões de holandeses pelo norte e de espanhóis pelo oeste.

## Fases

Durante o domínio de Portugal, o Amazonas inicialmente pertenceu à Capitania do Maranhão. Depois, com a criação da Capitania do Grão-Pará, o Amazonas passou a ser parte dela. Em 3 de março de 1755, a região amazonense foi desanexada do governo do Pará e recebeu a denominação de Capitania de São José do Rio Negro. Portanto, durante a conquista e domínio de Portugal, o Amazonas foi subordinado ao Maranhão e depois ao Pará. Naturalmente, depois que passou a ter governo próprio, com o advento da Capitania, composta de 45 aldeias, o Amazonas experimentou notável desenvolvimento, embora somente dois governadores dessa época mereçam registro especial pelo muito que fizeram: Mello e Póvoas e Lobo D'Almada.

## Raiz

Pelo Tratado de Tordesilhas, a Amazônia pertencia à Espanha e as terras brasileiras, ao longo do oceano Atlântico, pertenciam a Portugal. Espanha e Portugal não respeitaram o Tratado de Tordesilhas. A Espanha invadiu a parte de Portugal e vice-versa. Em 1750, a fixação de novas fronteiras reconheceu, como de soberania portuguesa, as áreas descobertas e as ocu-

padas pelos portugueses. Nessa ocasião a Amazônia tinha governo único, sediado em Belém. O português Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal (Sebastião de Carvalho) e representante do rei de Portugal, D. José I, nos confins do mundo, era capitão-general do Grão-Pará, realizava excelente administração portuguesa na Amazônia e era chefe da Comissão de Limites com os espanhóis, tendo sugerido a Lisboa o desdobramento do governo português na Amazônia, o que aconteceu em 3 de março de 1755, com a criação da Capitania de São José do Rio Negro, raiz do Estado do Amazonas, para melhor servir ao povo da região, estabelecer a paz com os índios, continuar a luta contra estrangeiros e assegurar o domínio português na imensa área amazonense.

## Civilização

No Amazonas, os portugueses levantaram fortalezas, igrejas, hospitais, feitorias, residências, proporcionando o surgimento dos primeiros centros urbanos; semearam, colheram e criaram espécies vegetais e animais; descobriram o espaço e as riquezas e a ele se amoldaram, numa vivência pioneira e esplêndida. Arthur Cezar Ferreira Reis observa que o esforço português pela conquista e desenvolvimento do Amazonas foi feito por pequenos grupos vindos do reino, pois nunca houve para o Amazonas imigração lusitana quantitativa, verificada para Minas Gerais. Foi notável a contribuição da Igreja Católica, cujos missionários catequizavam índios, impediam guerras, fundavam missões, de onde surgiram vilas, depois cidades. Rosa do Espírito Santo Costa informa que os missionários pertenciam às seguintes Ordens Religiosas: Jesuítas, Mercedários, Carmelitas e Santo Antônio.

## Governo

O português Francisco de Mello e Póvoas foi o primeiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, raiz do Estado do Amazonas. Foi bom governante e era sobrinho do poderoso Marquês de Pombal. Instalou as vilas de São Paulo de Olivença, Tefé, Coari, Itacoatiara, Silves e Moura. Os outros governadores da Capitania de São José do Rio Negro, que era subordinada ao governo do Grão-Pará e pertencente a Portugal, foram os portugueses Gabriel de Souza Filgueiras, Nuno da Cunha de Ataíde Verona, Valério Correia Botelho de Andrade, Joaquim Tinoco Valente, Manuel da Gama Lobo D'Almada, José Antônio Salgado, José Simões de Carvalho, José Joaquim Vitório da Costa e Manuel Joaquim do Paço. O melhor entre os melhores foi Lobo D'Almada, que proibiu a entrada de castelhanos, mudou a capital de Barcelos para o Lugar da Barra, onde é hoje Manaus, fundou fazendas, construiu fábricas, olarias e carreiras para construção de embarcações, levantou hospitais, casas para funcionários, etc. Note-se que na administração portuguesa no Amazonas, além do governador, existia a importante figura do Intendente do Comércio, Agricultura e Manufaturas, com responsabilidade de fomentar a lavoura, incentivar o comércio, criar e regular a produção manufatureira com o aproveitamento do comércio, agricultura e manufaturas, merecendo destaque pelo trabalho que realizou.

## Braço

No Amazonas português, o braço era o do índio, recolhido nos rios, caçado, negociado, explorado, porque era a chave para o sucesso de muitas atividades: conduzia a canoa, mantinha a lavoura, fazia funcionar a fábrica, ensinava o português a se adaptar. Note-se que a escravidão indígena era condenada

no reino, mas praticada no Amazonas com a cumplicidade das autoridades: consideravam-na necessária. Os índios chegaram a tomar parte na construção da Catedral de Manaus, do Colégio Estadual do Amazonas e da Secretaria de Finanças, conforme informa Rosa do Espírito Santo Costa.

## Economia

Foram os sertanistas e missionários portugueses os primeiros elementos que reconheceram o ambiente e tomaram contato com as riquezas materiais e humanas do Amazonas, representadas nas reservas gigantescas da flora, da fauna e pelos gentios. Examinaram a terra. Iniciaram o domínio. Aí começou a exportação das especiarias para Lisboa. As especiarias amazonenses eram cacau, baunilha, cravo, canela, puxuri, salsa, sementes oleaginosas, raízes aromáticas e madeiras. A economia era a mais primitiva possível. As primeiras medidas portuguesas para a valorização do extremo norte brasileiro aconteceram no século XVIII. Durante o Amazonas português, a moeda só era conhecida por alguns, o comum era a troca e o pagamento em gêneros.

## Conclusão

O Amazonas, desde sua conquista até à independência do Brasil, foi dominado pelos portugueses, bem como o resto do país, uma vez que de 1500 a 1822 o Brasil foi colônia de Portugal. Em 1822, Portugal perdeu o domínio político, mas a presença portuguesa no desenvolvimento do Amazonas continuou, sobretudo através da atividade comercial. E as famílias portuguesas continuaram na etnia local. Arthur Cezar Ferreira Reis acha que, entre os muitos portugueses que tiveram presença dinâmica no desenvolvimento do Amazonas, depois do domínio de Portugal, deve-

mos destacar Alexandre de Paula de Brito Amorim e Joaquim Gonçalves de Araújo. O primeiro, no Império, criou e manteve a Companhia Fluvial, sendo um renovador dos hábitos comerciais. O segundo, já na República, atuou numa rede imensa de postos e entrepostos comerciais, e nos primeiros passos da indústria amazônica. Charles Waglay proclamou que “quando o Brasil conquistou sua independência de Portugal, a população do vale amazônico era principalmente constituída por mestiços e o modo de vida da maioria de seus habitantes era essencialmente português, apesar de fortemente influenciado pelo ambiente peculiar da Amazônia e pelas culturas aborígenes que aqui se encontraram. Formara-se uma cultura regional, fundamentalmente européia em suas principais instituições, mas profundamente influenciada pelo ambiente típico da Amazônia e pelas culturas nativas da região”. Daí porque Joaquim Nabuco, examinando a presença portuguesa no desenvolvimento do Amazonas, entusiasmou-se e declarou: “Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a do Amazonas”.

\*

A presença portuguesa no desenvolvimento do Amazonas começou com Pedro Teixeira, que, enviado pelo português Jácome Raimundo de Noronha, governador do Pará, saiu de Cametá chefiando uma expedição em 28 de novembro de 1637 e chegou a Belém em 12 de dezembro de 1639, tendo realizado o reconhecimento do Rio Amazonas, aberto os meios de comunicação até a cidade de Quito, marcado os limites de Portugal e Espanha, subido e descido os rios Tocantins, Xingu, Tapajós, Madeira, Urubu, Negro, Branco, Solimões, Içá e Japurá, explorado a região percorrida, devendo-se ao português Pedro Teixeira as primeiras noções verdadeiras sobre o território amazônico, que foi descoberto pelo espanhol Francisco Orellana em 1540.



## Bibliografia:

COSTA, Rosa do Espírito Santo. *História do Amazonas*. Manaus, 1965.

GONÇALVES, Lopes. *O Amazonas*. Nova Iorque, 1904.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *A Capitania de São José do Rio Negro* (Antecedentes Históricos e Fundação). Manaus, 1951.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa*. Manaus, 1966.

\_\_\_\_\_. *Súmula de História do Amazonas*. Manaus, 1965.

# A Propósito da Fundação de Manaus

Arthur Cezar Ferreira Reis\*

Manaus não nasceu como decorrência de um plano urbano prefixado. Ao contrário, como milhares de unidades urbanas brasileiras, resultou de um episódio histórico, ligado à implantação da soberania portuguesa, no caso de Manaus, no vale amazônico, em fase em que essa soberania sofria contentações ou contra ela se faziam reservas materiais, representadas nas tentativas de ocupação ou de penetração estranha. De outro lado, Manaus também não se constituiu pela realização veloz de uma montagem, que refletisse uma decisão oficial visando à criação daquele centro político. Manaus se foi realizando, desde seus primeiros momentos, serena, vagarosa e silenciosamente, sem ousos de qualquer espécie dos que se foram estabelecendo onde hoje ela se realiza como capital e centro ativo de vida econômica e cultural.

Sua origem prende-se, como afirmamos de início, como várias outras cidades brasileiras, a episódios ligados à decisão de preservar a soberania de Portugal. E principiou modestamente à sombra protetora de um estabelecimento militar, criado para fixar o domínio e a presença permanente de Portugal, o forte de São José do Rio Negro.

Em face de perigos que se denunciavam continuamente, perigos que não se representavam apenas em desconfi-

---

\* Arthur Cezar Ferreira Reis. Nasceu em Manaus a 8 de janeiro de 1906 e faleceu no Rio de Janeiro a 7 de fevereiro de 1993, com 87 anos. No século passado, representou uma legenda viva e permanente na defesa da Amazônia, da qual era um profundo conhecedor nos seus mais variados aspectos. Deixou mais de 100 títulos publicados. Foi governador do Estado do Amazonas. Secretário-perpétuo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

anças mas em fatos materiais de inegável evidência, determinara-se, em execução de uma política traçada de Lisboa para a preservação daquela soberania, assegurá-la através da montagem de uma série de pequenos fortes, que contivessem o gentio, fossem barreira a estrangeiros ousados e valessem, na hora de uma disputa diplomática, como comprovação da permanência e da segurança que deles resultava para a permanência e para justificar os títulos de posse, e mais que isso, de domínio realisticamente exercido pelos portugueses em sua aventura colonial.

Um homem que se especializara no serranismo regional e se propusera participar da política de montagem dos fortes, Francisco da Mota Falcão propôs ao governo a construção daquelas praças fortificadas. Uma seria no Tapajós, outra nos Condurizes e outra no Rio Negro. Pelo ato régio foi autorizada a construção. Os documentos a respeito existem. Não são uma fantasia de contadores de estória, à moda do Trancoso. São fatos que se podem provar com o cedulário colonial que se guarda no Rio de Janeiro e em Portugal, aquela na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, sob a guarda vigilante de Adonias Filho, meu companheiro no Conselho Federal de Cultura, e este no Arquivo Histórico do Ultramar, dirigido eficientemente por meu amigo e confrade da Junta de História do Ultramar e da Academia Portuguesa da História, professor Alberto Iria.

Mota Falcão procurou cumprir a obrigação que assumira. Não pôde cumprir totalmente o compromisso assinado e autorizado por Sua Majestade. Pelos cronistas coloniais, como sejam, ouvidor Ribeiro de Sampaio e Alexandre Rodrigues Ferreira, sabemos que já em 1669 lançara os fundamentos do forte do Rio Negro, que seu filho Manuel da Mota Siqueira procuraria concluir

como legítimo sucessor do pai nas obras de fortificação e nos benefícios que pleiteou como herdeiro legal.

Ora, Manaus, que a princípio seria denominada “Lugar da Barra”, pois era perto a barra do rio no seu encontro com o Solimões, não se formou de pronto, como era natural. Foi sendo realizada aos poucos, vagarosamente, como escrevi acima. Hoje era uma casinhola, amanhã outra e assim por diante. Uma capela, erigida pelos carmelitas que missionavam no Solimões e no Rio Negro, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição, que por isso mesmo é a padroeira da cidade, facilitou a congregação populacional. Índios Barés, Baniuas e Passés, a que se juntariam, posteriormente, os Manáo, constituíram, com a soldadesca da guarnição, o núcleo demográfico inicial do centro urbano esparsos, sem traçado prévio estabelecido um tanto ao deus-dará. Não houve, portanto, uma fundação oficial de Manaus. O que houve foi o estabelecimento de uma fortificação, justamente onde se localiza a Secretaria de Fazenda, em cujo frontal fiz, em meus últimos dias de governo, inscrever uma homenagem a Mota Falcão, redigida, a meu pedido, por Mário Ypiranga Monteiro, e a cuja sombra foi nascendo, insisto, o centro urbano que é hoje Manaus.

Lobo d’Almada, considerando que Barcelos não era, no momento, o local próprio para a sede do governo da Capitania do Rio Negro, face às incursões dos espanhóis no Solimões, transferiu essa sede governamental para a Barra. Ano de 1791, mês de março. Essa transferência não foi aprovada por Lisboa. Barcelos recebeu de volta os serviços do governo, recuperando a condição política de capital. Em 1808, no entanto, o governador Vitório da Costa, devidamente autorizado, procedeu novamente à transferência do governo, de Barcelos para a Barra. Mês de março, dia 29, conforme se pode verificar de

documento que se guarda no Arquivo Nacional, constante do original de sua comunicação a seus próprios hierárquicos.

A comemoração que se pretende efetuar no ano corrente, consequentemente, refere-se a Manaus em sua forma embrionária, quase diríamos subterrânea, partindo do forte, estabelecido por Mota Falcão. Mas como dispomos de uma data exata, constante de mês e dia em que se iniciou a construção, como já não sucede com Belém, que sabemos ter tido, o forte do Presépio, dia conhecido como o do início da fundação, 12 de janeiro de 1616, como proceder para que o ano de 1669 seja efetivamente o ano da comemoração oficial?

Respondendo a consulta que me fez o sempre saudoso governador Ruy Araújo, lembrava que se poderia partir para uma data que simbolizasse algum fato histórico, ligado à vida da cidade e sobre que não houvesse dúvidas. Lembrava a lei que criara a vila, em 1833, e a graduação à cidade, ocorria em outubro, 24, de 1848. Qualquer das duas datas, reflexionada naquela correspondência, seria solução, é certo que, um tanto arbitrária. Mas qual a outra solução, se desejaríamos festejar o terceiro centenário das raízes da cidade, representadas pelo forte, iniciado naquele ano? Respeitaríamos o ano do início das obras de fortificação, completando com a data da criação, da instalação da vila ou por fim da criação da cidade. Insisto: seriam todas essas soluções arbitrárias. Haverá, porém, outra solução? O que se deseja não é promover a comemoração no ano em curso, ano-data que efetivamente é ponto de partida para a efeméride, não vejo outra solução, maneira de sair da dificuldade. Que as autoridades, no entanto, em sua sabedoria, para satisfazer as exigências cívicas da população, escolham qualquer dessas datas. E se me pedirem uma, de minha preferência, escolheria o 24 de outubro, 1669, início do forte, raiz da futura Manaus; 24 de outubro, data final como história da cidade que alcançava, então, a sua maioria política urbana. Certo?

# A César o que É de César

Mário Ypiranga Monteiro

O sr. padre Raimundo Nonato Pinheiro surpreendeu-me domingo com um artigo sem pé nem cabeça e cuja única finalidade parece ser a defesa intransigente de sua mancada no caso medalha “Cidade de Manaus”. O seu erro, entretanto, foi atribuir demasiado valor a um mero especialista em construções militares e também tentar confundir-me com alusões ao meu livro *Fundação de Manaus* (duas edições, 1948 e 1952) e a uma placa existente na porta principal do edifício da Fazenda Pública. Essa plaquinha possui a seguinte história, que infelizmente ignora o reverendo: no fim do seu governo, o Arthur Reis mandou convidar-me, a mim e ao pintor Moacyr Andrade, e perguntou-me se eu identificava o local exato onde havia sido construída a Casa-Forte do Rio Negro. Pela planta de Manaus, a mais antiga que se conhece, anterior a 1850, pelas descrições de viajantes e pelas reconstruções feitas por mim após o aterro de igarapés propínquos, o local coincide exatamente e não há por que duvidar. Quanto à data, 1669, a mais comum, da construção do fortim (houve outro, posterior), não somente segui a regra geral, como me filiei a uma notícia acerca da comemoração do bicentenário de Manaus, em 1869. Portanto, existe um precedente e não vejo por que deixar de aceitar a data mais preferida. Já está a placa, de minha autoria, alusiva à construção do forte com nomes e datas.

O sr. padre Raimundo Nonato Pinheiro não viria a tentar polêmicas se seu nome não estivesse ligado à infeliz promoção do nome do construtor do forte. Outros plumitivos têm escrito as maiores barbaridades sobre História do Amazonas e continuam

escrevendo até investimento contra direitos autorais, mas o padre, que é do IGHA, não se manifesta, não defende o patrimônio histórico da cidade. É de admirar, portanto, que esteja agora deitando história quem certa vez meteu De Angelis na história da construção da nossa mais antiga catedral, ele que apenas é o autor de um projeto de basílica, nada mais.

Pedro da Costa Favela, o sanguinário pernambucano trucidador de índios deve de haver inspirado ao governador Coelho de Carvalho, mas fê-lo considerando a possibilidade de invasão dos espanhóis pelo Rio Amazonas (chegaram até Ega, hoje Tefé) e pelos holandeses no Rio Negro. Jamais com o intuito claro e objetivo de fundar um núcleo de povoamento aqui. Se cabe alguma glória a alguém, esse alguém deveria ser Lobo d'Almada, autor constatado da mudança da capital de Barcelos para o reduto fortificado. Mas isso é uma outra conversa.

A História de Manaus deve ser escrita a partir da aldeia indígena já existente à época da construção do forte, mas de verdade o forte marca o início de uma atividade orgânica. Apesar de tudo, a autoridade principal do povoado não era militar e sim o encarregado do Diretório. Portanto, o forte teve apenas a função de acantonar a milícia e esta não poderia ficar inativa no que respeita ao processo de vinculação com a indiada. A história de Manaus deve partir da existência do forte, sim, e não de um homem que o construiu de ordem do rei de Portugal, como medida de estratégia, excluía qualquer intenção real de incrementar o povoamento.

Seria de maior interesse para a História se o construtor do forte da Barra viesse incumbido de fundar a cidade, mas isto jamais aconteceu. Por singular que pareça, Manaus não teve fundação oficial. Nem decretais, nem fórmulas simples, nem chan-

tação do pelourinho, nem bandos, houve por onde se possa admitir um curso rigorosamente cronológico dessa fundação. Manaus evoluiu por si mesma até que recebesse sucessivamente as predicções de lugar, de vila e de cidade, quando outros lugares mais longe no tempo e no espaço já haviam passado por essas faces político-administrativas, documentadamente, inclusos autos de implantação do pelourinho, que eram o símbolo maior da justiça do rei. E a verdade é que outras localidades fortificadas nunca passaram de simples redutos, sem desenvolvimento social e cujos fortes acabaram em ruínas.

Não creio que o padre Raimundo Nonato Pinheiro tenha razão no que tange à eleição do seu pupilo como garante de uma situação descartável. Leia ele com serenidade tudo quanto já escreveu a respeito de Manaus de outrora, inclusive relatórios das autoridades, impressões de viajantes, os decretais régios, os alvarás, atas da Câmara (a partir do século passado) e verá que uma cidade como Manaus não pode ser tangivelmente consagrada a um fundador específico, a um indivíduo que nada mais era do que executor militar de ordens régias, autor da construção de outros fortes na Amazônia.

Foi com o espírito voltado para a história desses idos maravilhosos que indiquei o nome “Cidade de Manaus” para a medalha a ser cunhada. Evitamos, com isto, cometer uma injustiça e uma tolice. Injustiça, porque, em sã consciência, Francisco da Mota Falcão e seu filho Manuel da Mota Siqueira (cito a ambos no meu livro) não são e nunca foram os fundadores de Manaus. Tolicie, porque uma cidade que não teve documento oficial de fundação não pode eleger à revelia um nome qualquer.

Quanto à data, é bem possível que houvesse erro de leitura de apógrafos, quando se escrevia um pouco mais ilegível para hoje, mas isto é apenas uma suposição minha, que não faço dogmática evitando com isto maior confusão: atendo-me ao ano 1669, leitura dos mais conspícuos historiadores do passado. E não vejo razão para que não seja comemorado condignamente este tricentenário como o fora o bicentenário em 1869.

Se o padre Raimundo Nonato Pinheiro não concorda, pouco se me dá. Eu fico com a História e com os historiadores e com as pesquisas diretas nos cartórios desta minha fiel cidade. Mas Mota Falcão não vai. Nem com açúcar. Muito menos o cretino do Favela ou Favila.

Voltarei, se necessário, em termos. E a Deus o que é de Deus.

# As Origens Nubilosas de uma Cidade

Padre Nonato Pinheiro

Volto ao assunto encetado no último domingo, sobre as dúvidas e vacilações do tricentenário do fortim de Jesus, Maria e José (nome oficial) da Barra, ou de São José da Barra, como ficou popularmente denominado, origem histórica da cidade de Manaus. O sr. Mário Ypiranga Monteiro veio pelas colunas do *Jornal do Comércio*, tentando responder ao meu artigo. A verdade, porém, é que nada acrescentou de positivo para aclarar as dúvidas, que para Arthur Reis são grandes, grandíssimas. Pelo contrário, confirmou mais uma vez o que afirmei em meu trabalho dominical: “são os próprios mestres que vacilam...”.

Vejamos a dubiedade de pontos de vista do professor Ypiranga. Em seu “Parecer”, lido perante o douto Conselho Estadual de Cultura, a 15 de julho do fluente, e transcrito na página da Academia Amazonense de Letras (*O Jornal*, edição de 24 de agosto), pontifica: “Se cabe alguma homenagem a alguém, esse alguém deveria ser o sargento Guilherme Valente, que teve a habilidade de chamar a amizade dos índios, convolvando núpcias com a filha do tuxaua (*sic*)”. Muito bem. Com um pouco mais de boa vontade, teria chegado à conclusão de Bertino de Miranda, para quem esse sargento foi o fundador de Manaus: “Guilherme Valente funda a cidade aí pelo princípio do século XVIII” (*A Cidade de Manaus*, p. 2). Qual não foi minha surpresa, ao verificar que o erudito mestre, em menos de um mês, muda de parecer. Mandando Valente às urtigas, afirma a pés juntos: “Se cabe alguma glória a alguém, esse alguém deveria ser Lobo d’Almada, autor constatado da mudança da capital de Barcelos para o reduto fortificado” (“A César o que é de César...”, *Jornal do Comércio*, 21.9.69).

Afinal de contas, quem deve ser homenageado: Guilherme Valente ou Lobo d'Almada. Qual das duas afirmativas traz a verdadeira chancela do professor Mário Ypiranga Monteiro? E ainda dizer que a História de Manaus não permite vacilações!...

Insurge-se contra mim o articulista, pelo fato de me não manifestar contra esses plumitivos que “têm escrito as maiores barbaridades sobre história do Amazonas e continuam escrevendo e até investindo contra direitos autorais”. E apela para minha condição de membro do IGHA. Ora, bolas! Membro do IGHA também é o ilustre historiador e até mais antigo do que eu. E quem lhe tira o direito e a autoridade para fazê-lo? Por que não defende esse patrimônio histórico? Não é doutor de borla e capelo, perito no esgrimir e pena, laureado em desancas plumitivas? Que use em plenitude de seu direito doutoral, como usou no caso da cunhagem da medalha!

Afastando o assunto das dúvidas e vacilações, o professor Ypiranga Monteiro alude a uma intervenção minha, quando se tratou do empastilhamento da Catedral Metropolitana. Já que se ufana de sua condição de historiador da Sé, peço vênias para lembrar-lhe às mancadas que cometeu nesse livro, por mim referida em minha coluna semanal de recensão literária *Letras & Livros*, mantida outrora no *Jornal do Comércio*. Confundiu o padre Israel Galdino de Sousa com o cônego Dr. Israel Freire da Silva. Na obra *A Catedral Metropolitana de Manaus* (1958), o professor Ypiranga Monteiro dá o velho cônego Israel Freire da Silva, catedrático de História Universal do velho Ginásio Amazonense, falecido em 1925, como Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em 1936!... Há outras falhas, como a que diz respeito ao padre Ananias Câmara, a quem por sua conta conferiu o canonicato, quando o

saudoso e ilustre sacerdote, talentoso orador sacro, de quem fui acólito na referida Paróquia, nunca recebeu nenhuma conezia, nem em Manaus, no episcopado de Dom João Ireneu Joffily e Dom Basílio Pereira, nem em Niterói, no episcopado de Dom José Pereira Alves e Dom João da Mata de Andrade e Amaral...

Volto às origens nubladas de Manaus. Citei o próprio professor Ypiranga Monteiro, quando alude à disparidade de datas apresentadas. Ele citou Bettendorf (1689), Melo Moraes (1690) e Varnhagen (1691). Recomenda que nos atenhamos à data de 1669 “como a mais provável”, embora declare que reputa mais interessante o documento apresentado por Varnhagen, sem embargo de não especificar o motivo de ser este último, a seu parecer, mais interessante (*Fundação de Manaus*, em arquivos, 16).

Arthur Reis é mais minucioso. Além dos autores citados por Ypiranga, menciona Araújo Amazonas (1669), João Ribeiro (1671), Aprígio Menezes (1669), Agnello Bittencourt (1669) e J. B. Faria e Souza (1669). Traz a palavra de Joaquim Nabuco, afirmando que “o povoamento do Rio Negro começou com Favela e frei Teodósio, em 1668-1669, seguido da fundação do fortim por Mota Falcão” (“Manaus e outras Vilas”. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, vol. IV, p. 47).

Ao cabo das citações, com opiniões e assertivas díspares, Arthur Reis pondera: “Como se vê, há discordância entre os autores”. E voltando-se para os paupérrimos documentos, conclui desolado: “Os documentos assinalados, que ficaram, não adiantam, como se vê, grande passo. Ao contrário, vêm ajudar na confusão” (p. 46). Arthur Reis vacila e titubeia, chegando a sugerir uma hipótese. Mota Falcão escolheu o sítio para o fortim, e Siqueira, seu filho natural, arcou com a responsabilidade da construção. Mas frisa: “Estamos, contudo, diante de uma hipótese” (p. 47).

Há uma verdadeira confusão entre os autores. Anísio Jobim, na obra *Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas* (Manaus, 1950), sustenta que Falcão plantou a fortaleza para deter a passo ao espanhol, e Favela e frei Teodósio iniciaram o povoamento. Segue, portanto, a versão de Joaquim Nabuco (*Aspectos Sócio-Geográficos do Amazonas*, p. 171). Agnello Bittencourt ensina que Falcão construiu o forte, mas foi Angélico de Barros, seu primeiro comandante, que reuniu as tribos dos manaus, barés, banibas e passés (*Corografia do Amazonas*, 1925, p. 201).

E são os mestres que falam, não os plunitivos!...

Tomo do opúsculo de Arthur Reis, *Roteiro Histórico das Fortificações no Amazonas*, publicado em seu fecundo governo, e fico mais desorientado. Começa logo por prevenir e desencantar o estudioso: “Não é página definitiva a origem do forte de São José do Rio Negro. Os cronistas Alexandre Rodrigues Ferreira, Baena, Araújo Amazonas, Ribeiro de Sampaio, André Fernandes de Sousa, Bertino Miranda, que riscaram o primeiro noticiário acerca da história antiga do Amazonas, não esclareceram o assunto. Quem escreva estas linhas, procurando fixar a data exata da fundação e o nome do fundador, apesar das pesquisas que realizou para a monografia *Manaus e outras vilas*, editada em 1934, também não conseguiu elementos suficientes para o informe definitivo” (p. 10 e 11).

São grandes, grandíssimas as dúvidas, como diz Arthur Reis. Se não bastasse a confusão relativa à presença quase simultânea dessa dupla Mota Falcão – Mota Siqueira (pai e filho), disputando a construção do famigerado fortim, Arthur Reis, sem o querer, complica ainda mais a perplexidade do

estudioso, afirmando que houve dois governantes com o mesmo nome de Coelho de Carvalho (Antônio de Albuquerque). E o mesmo mestre conclui que Mota Falcão construiu o forte em 1669, e Mota Siqueira o reconstruiu ou acabou para melhor antes de 1697. Mas sempre cauteloso e vacilante: “Segundo a nossa conclusão, que não queremos seja uma verdade intangível...” (p. 16).

Não continuo, para não tornar o leitor ainda mais perplexo. Não há nada de certo, não há nada de positivo. A História escreve-se com documentos. E quando esses documentos são escassos, opacos, obscuros, tudo não passa de conjecturas e suposições, que provocam dúvidas e vacilações. O governador Leopoldo Amorim da Silva Neves foi mais feliz, nesse particular, que o governador Danilo Areosa, pois presidiu, a 24 de outubro de 1948, às comemorações de uma data clara, cristalina e inofuscável: o centenário de Manaus como cidade, uma vez que foi a 24 de outubro de 1848 que ela receba esse predicamento. A cidade não tem trezentos anos; o que ela tem são 121 anos. O fortim é que terá tantos trezentos anos quantas as datas apresentadas pelos *Mestres da História!*...



## Dúvida e Vacilações do Tricentenário

Padre Nonato Pinheiro

Surpreendi-me com a desempenhada declaração do professor Mário Ypiranga Monteiro, afirmando de peito aberto, pelas colunas de *O Jornal*, edição do dia 24 do mês expirante: “No caso presente, quando se trata de reconhecer publicamente o valor de indivíduos ou de situações de fato ou de direito, a História de Manaus não permite vacilações, embora muitos fatos estejam obscurecidos pela ausência de documentos”.

Apesar do direito que assiste a qualquer cidadão de apreciar assuntos trazidos a terreiro “*verbis et scriptis*”, como o assunto vertente, não viria a tapete para apreciá-lo, não fosse a inserção de meu apagado nome, portando a responsabilidade de representante do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, circunstância alegada pelo articulista.

Historiemos os fatos. A Fundação Cultural do Amazonas, dirigida superiormente pelo acadêmico Elson Farias, consultou o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas sobre qual dos nomes deveria figurar na medalha a ser cunhada pelo Governo do Estado, comemorativa do tricentenário da construção da Fortaleza de Jesus, Maria e José da Barra do Rio Negro: Pedro da Costa Favela ou Francisco da Mota Falcão? “That is the question!”

Motivou a consulta uma entrevista concedida pelo escritor Francisco Gomes da Silva, membro do IGHA, ao matutino *A Crítica*, profligando a notícia, já em amplo curso,

de que se cogitava do nome de Favela, o tenebroso genocida da hecatombe do Urubu, para figurar no referido numisma (prefiro o gênero masculino). Francisco Gomes da Silva pôs em ressaltado o instinto sanguinolento e bárbaro, que macula e malsina a memória desse famigerado facínora, que tanto sangue indígena derramou pelas plagas amazônicas. Chama-lhe, o professor Ypiranga, “o sanguinário Pedro da Costa Favela, figura central de tantíssimos crimes” (*Fundação de Manaus – Aspectos do panorama histórico-social do antigo Lugar da Barra – Manaus, 1948*). Dá-nos ainda o professor Ypiranga este impressionante perfil do terrível bandido, na obra citada: “Foi ele o célebre autor da chacina do Rio Urubu. Partiram de Belém a 6 de setembro, com trinta e quatro canoas, quatrocentos soldados e quinhentos índios. Chegou ao Rio Urubu a 25 de novembro. E numa represália que caracteriza os processos ferozes dos colonizadores, aplastra na terra os cadáveres de setecentos índios, reduzindo ao cativeiro cerca de quatrocentos. Ainda incendiou trezentas malocas”.

Bertino de Miranda alude a essa mortandade horripilante, usando a expressão “carnificina inacreditável” (*A cidade de Manaus, 1908, p. 2*). Arthur Reis informa: “Em 1668, chegara ao Rio Negro, à testa de uma tropa, que vinha em som de guerra, Pedro da Costa Favela, um dos mais bárbaros caçadores de selvagens, experimentado na arte singular de penetrar a *Selva Selvaggia*, figura impressionante, que se assinalava sempre pela intrepidez, pelos rios de sangue que deixava no caminho” (*Manaus e outras Vilas. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. vol. IV, p. 43*). Aprígio Martins de Menezes, em sua sinopse de História do Amazonas, refere: “Deste desastre resultou que, em 1665, Pedro da Costa Favela invadisse o Urubu e a 7 de janeiro levasse às malocas de suas principais nações o incêndio, a devastação e a morte”

(*Amazônida. História e administradores do Amazonas*, p. 42). Anísio Jobim ressalta: “Pedro da Costa Favela, oficial acostumado as *Razzias* feitas aos selvagens” (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, vol. VII, p. 9).

Consultado o IGHA, e designando-me o presidente, desembargador João Rebello Corrêa para relator do parecer, opinei em favor de Francisco da Mota Falcão, na maioria dos historiadores dado como o construtor do forte, juntamente com seu filho natural Manuel da Mota Siqueira, que teria consolidado a obra de seu pai, ou, segundo outros, construído o fortim no local escolhido por seu genitor. Entendo que, se as comemorações giram em torno da construção do forte, óvulo histórico de nossa capital, deveria figurar na medalha o seu construtor, a figura a quem o governador Coelho de Carvalho atribuiu a tarefa da sua construção, embora reconhecendo, como frisei, a influência das informações de Favela junto ao governador.

Levado o parecer ao doutíssimo Conselho Estadual de Cultura, onde esplendem sóis de viva fulguração, veio a campo o professor Mário Ypiranga Monteiro, como relator, reputando as propostas do sr. Luiz Maximino de Miranda Corrêa e a minha, como “fruto de nenhuma validade histórica no caso da fundação da cidade”, afirmando ainda que, nesse particular, “a História de Manaus não permite vacilações”.

Com todo o respeito que me merece a cultura do professor Mário Ypiranga Monteiro (faço-lhe esta justiça), num meio em que proliferam as mediocridades empavonadas e as culturas de cutiliquê, gralhas solertes em cobrir-se com as penas de pavão, fiquei estarecido, partindo de quem partiu, em face dessa afirmação, assim tão categórica e dogmática.

Toda a nossa História, a de Manaus e a do Amazonas, está eivada de dúvidas e vacilações de tal porte, que sabe muito bem o professor Ypiranga Monteiro que não há nem segurança do ano (quanto mais dia e mês!) da construção desse fortim. Sabe muito bem o ilustrado historiador que é possível estejamos todos a cometer uma farsa, celebrando o tricentenário em 1969, quando talvez (ou sem talvez?) o verdadeiro tricentenário ocorra somente em 1997, daqui a 28 anos!

É o professor Mário Ypiranga Monteiro, com o peso da sua autoridade, que trago a campo para repetir o que nos ensinou em 1948. “É interessante a disparidade de datas apresentadas. Para Bettendorf, foi em 1689 que levantaram a Casa-Forte. Melo Moraes, na *História dos Jesuítas*, refere o ano de 1690, mas não diz o motivo dessa preferência. O padre Samuel Fritz, escrevendo em 1691, revela que já havia anos que o rei mandara fazer a Fortaleza (Diário. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo 81). Entretanto, parece-nos que o documento mais interessante a respeito é o apresentado por Varnhagen, que insinua a data de 1697, havendo Manuel da Mota Siqueira se oferecido para levantar quatro fortins, entre estes o do Rio Negro. Como, porém, Varnhagen torna-se às vezes perigoso nas suas referências, atenhamo-nos à data de 1669, como a mais provável” (*Fundação de Manaus*, em arquivos, publicação da Associação Comercial do Amazonas, maio de 1948, p. 16).

Quer parecer-me que o professor Ypiranga incide numa contradição, afirmando que a História de Manaus “não permite vacilações”, quando ele próprio, com pupilas devassadoras de historiador e pesquisador, verificou o labirinto de dúvidas, hesitações e vacilações das fontes da História de Manaus e do Amazonas, circunstância que deixa o estudioso tonto e perplexo

em face de tantas divergências. Ninguém pode afirmar, com absoluta segurança, o ano da construção do forte de Jesus, Maria e José, raiz histórica de Manaus. O próprio Arthur Reis, de quem todos são caudatários, manifesta-se estarrecido diante de tanta insegurança. Em seu trabalho já citado (*Manaus e outras Vilas*), escreve: “Aqui são outras, grandes, grandíssimas dúvidas” (*Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas*, vol. IV, p. 44). “Não se sabe ao certo (preleciona Ypiranga Monteiro) quem mandara construir o Forte: se o Rei ou Coelho de Carvalho” (*Fundação de Manaus*, em arquivos, p. 16).

As vacilações são grandes, grandíssimas, meu caro professor Ypiranga. Vacila V. S., vacilo eu, vacila o próprio Arthur Reis, que em seu nupérrimo artigo, publicado neste matutino, edição do dia 26, esquecido do que ensinou em trabalhos seus anteriores, segundo os quais Favela foi o inspirador da construção do forte, ponto de vista também assumido pelo professor Mário Ypiranga Monteiro, inclusive na placa que figura no frontispício do edifício da Secretaria de Fazenda, que agora verifico por Arthur Reis ser de sua autoria, esquecido do que ensinou, já não alude a Favela, afirmando categoricamente em seu artigo *A propósito da Fundação de Manaus* esta doutrina: “Um homem que se especializara no sertanismo regional e se propusera participar da política de montagem dos fortes, Francisco da Mota Falcão, propôs ao governo a construção daquelas praças fortificadas”. Falcão, de simples construtor, passou a proponente da construção do fortim.

Como vê o professor Mário Ypiranga Monteiro, são os próprios mestres que vacilam. Eu próprio fico estarrecido. Há três meses que venho lendo com atenção e lápis na mão os trabalhos dos nossos historiadores: Arthur Reis, Bertino de Miranda, Bettendorf, padre Samuel Fritz, Varnhagen, Araújo

Amazonas, Sampaio, Alexandre Rodrigues Ferreira, Aprígio Martins de Menezes, Manuel Anísio Jobim, Mário Ypiranga Monteiro e outros, e fiquei pasmado em face de tantas vacilações e até de contradições berrantes, o que me leva a não aceitar a lição do professor Mário Ypiranga Monteiro, de que a “História de Manaus não permite vacilações”. Toda ela é uma vacilação flagrante!

Estou tranqüilo com o parecer que redigi, em nome do IGHA, sufragando o nome de Mota Falcão para a medalha. Arthur Reis agora me reforça (não sei se escorado em documentação nova vinda de Lisboa, segundo Pereira da Silva informou aos membros do IGHA), pontificando desempenhadamente, apontando Mota Falcão não só como construtor do fortim, mas até mesmo como inspirador da construção, arrebatando a inspiração de Favela, que o professor Ypiranga quis ressaltar na placa da Secretaria da Fazenda, a pedido de Arthur Reis: “Neste local, em 1669, foi construída a fortaleza de São José da Barra sob a inspiração do cabo de tropas Pedro da Costa Favela. Foram construtores o capitão Francisco da Mota Falcão e seu filho Manuel da Mota Siqueira. Desapareceu em ruínas no ano de 1850” (Transcrição da placa, feita às 10 horas do dia 26 do corrente).

Concluo: se a cidade nasceu à sombra do forte, como ensinam Arthur Reis e os demais historiadores; se Mota Falcão foi o seu construtor e proponente da construção (invoco o nupérrimo depoimento de Arthur Reis); se Mário Ypiranga Monteiro inseriu o nome de Francisco da Mota Falcão na placa aludida, como homenagens ao construtor do forte; se Mário Ypiranga ressalta na mesma placa a inspiração de Favela, como admitir que as exposições e propostas de Luiz Maximino de Miranda Corrêa e a minha “apareçam como fruto de nenhuma validade histórica”? Eu respeito, professor Mário Ypiranga



Monteiro, os temas de cultura, que não costumo versar com leviandade. Sem ter tido qualquer estalo na cabeça, como dizem do padre Antônio Vieira, creio que possuo a mínima e suficiente capacidade para ler e interpretar autores, a não ser que suas doudas lições signifiquem o contrário do que ensinam. Voltarei ao assunto.



# Dados Históricos da Evolução e Crescimento de Manaus

Antonio José Souto Loureiro\*

A baía do Rio Negro é um gigantesco lago de fratura que se estende por mais de 50 quilômetros, de Paricatuba, na boca da baía da Boiaçu, até a ponta das Lages, além do Encontro das Águas, com larguras que alcançam, às vezes, 16 quilômetros, e profundidades chegando a 120 metros, uma formidável massa líquida de bilhões e bilhões de metros cúbicos de água, por onde corre o Rio Negro, o antigo Ueneyá ou Quiari, com um fluxo de 20.000 metros cúbicos por segundo. As suas negras águas estão cercadas por belíssimas praias de fina areia branca e altas barreiras vermelhas e róseas do arenito Manaus. E nos platôs de terra firme desenvolve-se uma densa mata, cujas folhas caídas, misturadas com a água das chuvas, formam o chá, que dá a cor do nosso caudaloso rio, já existente bilhões de anos antes da formação do Rio Amazonas.

Desde milhares de anos, aqui viveram numerosas populações indígenas, cuja alimentação baseava-se na mandioca, preparada de variadas formas, e no jaraqui, que, em gigantes cardumes de centenas de milhares, a partir de agosto, subiam o rio, além da fartura de tartarugas e seus ovos, do pirarucu e das caças, em quantidades talvez inferiores às de outros rios mais fartos, mas suficientes.

---

\*Antonio José Souto Loureiro é historiador e médico. Sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, onde ocupa a Cadeira n.º 13, cujo patrono é Cândido Mariano Rondon, tendo tomado posse a 14 de setembro de 1978. É autor de numerosos e importantes livros sobre o Amazonas.

Os numerosíssimos sítios de terra preta, as campinaranas, talvez uma degradação de solo, por contínuas roças, e uma grande quantidade de restos cerâmicos, são fatos comprobatórios de uma densa população, chegando algumas tabas do século XVII a terem mais de 6.000 habitantes. Aqui foram descobertas as cerâmicas Guarita, na região das Lages, e a Paredão, na da Refinaria, e ainda há muito por descobrir e pesquisar em outros lugares, como na Tauacuera dos tarumãs, primeiro local missionado pelos jesuítas, no Rio Negro, perto da foz do Rio Tarumã, e na Tabuçu, na outra margem, gigantesca povoação de numerosas malocas.

E chegamos a 1660, quando as tabas tarumãs já estavam despovoadas, pelo primeiro ciclo econômico da região, a compra e venda de escravos indígenas, em Belém ou Demerara, arrebanhados pelas tropas de resgates, pois o Rio Negro constituía-se em uma das principais fontes de abastecimento de mão-de-obra, desta mercadoria humana, tão necessária ao progresso das colônias de Portugal e Holanda, duas nações em conflito, além dos descimentos de gentio, feito por colonizadores e missionários, para as suas fazendas e propriedades de Belém e Marajó. E os tarumãs foram dados como desaparecidos, pois suas relíquias subiram o Anauene (Cuieiras), passaram pelas cabeceiras do Urubu, Uatumã e Nhamundá, e refugiaram-se na serra de Tumucumaque, onde determinaram profundas alterações culturais e até hoje a habitam.

As disputas pela mão-de-obra indígena continuaram entre as duas nações européias, e internamente entre as ordens religiosas e os colonizadores, despovoadando e disputando seguidamente os arquipélagos do Anavilhana, do Paravilhana e do baixo Rio Branco, quando da terrível guerra justa contra os manaus de Ajuricaba, a partir de 1720, e depois pelo médio Rio

Negro e mais além, acima das cachoeiras de São Gabriel, até Cucuí, agora em atrito com os espanhóis. Numa terra arrasada e despovoada pelas guerras e descimentos de escravos, vendidos em Belém, foram estabelecidas algumas missões carmelitas e povoações civis, e entre elas a Fortaleza da Barra do Rio Negro e Tauapeçaçu (Airão), as mais antigas, seguidas de Itarendaua (Moura), Aricari (Carvoeiro), Mariuá (Barcelos), Bararoá (Tomar), Cumaru (Poiares), Caboquena (Moreira), Dari (Lama Longa), entre outras. E entre elas o vazio demográfico a atestar, segundo o padre Bettendorf, a venda de mais de 2.000.000 de índios do Rio Negro, em duzentos anos, que foram repovoar as regiões de Belém, Marajó, São Luís e até Minas Gerais, número às vezes considerado excessivo, mas despovoados permaneceram o médio e o baixo Rio Negro, até a segunda metade do século XX.

Quem conhece com detalhe a topografia de Manaus e entenda as tabas indígenas, como acampamentos militares, sempre buscando pontos estratégicos para a sua instalação, verificará que a parte alta do Educandos (Constantinópolis), a ponta do São Raimundo, a ponta dos Remédios, a ilha do Caxangá e a ponta onde foi construída a fortaleza do Rio Negro corresponderão a estes locais. Todos reúnem uma visão ampla do rio por dois ou três lados, um rio ou igarapé, para as fugas, rumo às terras centrais, e uma faixa estreita de terra a ser constantemente vigiada.

E foi numa dessas pontas ou penínsulas, entre a foz do igarapé da Ribeira e o furo, na praia de São Vicente, que separa a ilha do mesmo nome da terra firme, que se construiu o primeiro forte protetor do Rio Negro, local de passagem e repouso de muitas expedições escravistas, edificado por Francisco da Mota Falcão, em 1668/69. Após o forte, surgiu,

mais acima, uma pequena igreja de taipa e coberta de palha, a sede da freguesia de N. S. da Conceição da Barra, datada de 1695, consumida pelo fogo, por volta de 1850.

Assim, o primeiro perímetro urbano da nossa cidade estendia-se, no eixo norte-sul, por uns duzentos metros, entre o fortim e a atual rua Visconde de Mauá, e no eixo leste-oeste, por outros duzentos, entre o igarapé da Ribeira (Praça XV de Novembro) e o início da praia de São Vicente, por detrás do atual Palácio Rio Branco.

Essa povoação, com a queda do comércio de escravos, ficou estagnada, e, em dezembro de 1774, o ouvidor Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, quando aqui passou, em visita de correição, por toda a Capitania de São José do Rio Negro, deixou-nos alguns registros sobre ela, situada ao pé da “Fortaleza da Barra do nosso Rio Negro”. Informou-nos de que se tratava de uma povoação de tamanho médio, habitada por índios, juntamente com vários moradores brancos, localizada em terreno enxuto e elevado. Havia um oficial-comandante e uma guarnição, servindo a fortaleza de registro e defesa à entrada do rio. Habitavam-na os baniba, baré e passé, estes últimos descidos do Japurá, e os muras infestavam a margem direita, que, embora tivesse terras mais férteis, ficavam sem cultura.

Pouco permaneceu o magistrado, neste povoado, pois no dia seguinte, 2 de dezembro, partiria para Barcelos, pela madrugada, passando de manhã cedo, pela antiga aldeia dos tarumãs, que chegara a ter 800 homens de guerra, mais tarde mudada para Airão. Às oito horas da noite chegaria às primeiras ilhas Anavilhanas, corrupção do nome do Rio Anauene (Cuieiras), então habitado pelos ferozes aruaques, guerreiros e antropófagos, cujos restos vivem semicivilizados, no Anebá, Município de Silves.

No seu mapa populacional de 1775 está registrada a população da localidade, que comparamos com os da Capitania do Rio Negro e de sua localidade mais povoada, Barcelos:

	Barra	Barcelos	Capitania
Índios	220	721	10.620
Branços	34	161	936
Escravos	2	59	193
Total	256	941	11.749

Nesta fase, após o ciclo da escravidão, reduzida após o ano de 1750, a população ocupava-se de uma agricultura de subsistência, da coleta das chamadas drogas do sertão e dos ovos de tartaruga, da pesca do pirarucu e do peixe-boi, e de algumas plantações de comodidades.

Em 1775, a Capitania produziu:

	Rio Negro	Barra
Cacau (arrobas)	12.086	531
Manteiga de Tartaruga (pote)	2.886	8
Café (arrobas)	170	—
Castanha (alqueire)	174	25
Salsa (arroba)	2.954	35
Pirarucu (arratéis)	172	—

A Barra não tinha plantações, embora a Capitania possuísse 220.000 pés de café, 90.000 de cacau, 17.700 de tabaco e 870 de algodão. Grande parte do cacau nativo colhido pertencia às antigas plantações indígenas, como o grande Cacoal Real de Vila Franca, destinado a produzir chocolate para a família real portuguesa, e que fora dos tapajós. A principal

unidade de produção econômica estava constituída pelos sítios, auto-suficientes em alimentos, mas necessitando de manufaturas, tecidos, sal, bebidas, medicamentos e outros produtos industriais, exportando drogas do sertão, cacau, café e salsa, e tendo por intermediários os regatões. O transporte precário e demorado resultava no encarecimento de todas essas mercadorias, pois as ligações entre Belém e a Barra, por barcos à vela, levavam cento e vinte dias, além das pequenas tonelagens transportadas.

Quando Lobo d'Almada mudou a sede da Capitania de Barcelos para a Barra, em 1792, a localidade voltou a crescer pela presença de uma tropa importante, destinada às demarcações e a enfrentar as invasões de Requeña, no Solimões e por um pequeno surto de industrialização, baseado no trabalho indígena. E a expansão da cidade pode ser demonstrada com a construção do Hospital Militar de São Vicente de Fora, na ilha do mesmo nome, agora o limite leste da povoação; do alojamento das índias fiandeiras de panos de algodão, para redes, hoje 29.<sup>a</sup> CR; do Armazém de Fazenda e Trem de Guerra, em cal e pedra, hoje edifício do INSS, à Praça D. Bosco; da olaria, onde hoje é a Matriz nova; do Palácio dos Governadores e sua horta, na atual rua Visconde de Mauá, atrás do prédio do antigo IAPETEC; das casas de palha da Provedoria de Fazenda e de oficiais, no terreno do edifício IAPETEC, de arrecadação de algodão, onde é a Prefeitura, de arrecadação e cordoaria de piaçava, onde começa a Epaminondas, e do armazém de gêneros, sobre a Praça D. Pedro II. Embora a capital voltasse para Barcelos, em 1799, ela retornou definitivamente, em 1808, e a localidade continuou a crescer lentamente, estendendo-se do forte ao atual colégio D. Bosco, e do Hospital de São Vicente ao local da futura Matriz, mas com inúmeras áreas desocupadas.

A população de toda a Capitania do Rio Negro entrou em decréscimo, pelas constantes epidemias de malária e varíola, e pela sua anexação à Província do Grão-Pará, a partir de 1825, decréscimo expresso pelos seguintes dados de Baena:

Ano	Habitantes
1821	34.692
1825	22.732
1827	16.403
1831	16.213

Apesar da Cabanagem ter durado, no Amazonas, até 1840, quando no Pará terminou em 1836, ela foi muito mais sangrenta no vizinho Estado, daí a Comarca do Alto Amazonas ter aumentado de população, pelos refugiados subidos do Pará, de ambos os lados da revolta. Em 1840, o eixo Amazonas–Solimões possuía 20.631 habitantes, enquanto o do Rio Negro–Branco, 19.953. A Comarca compunha-se dos municípios de Tefé, Luséia, Mariuá e Manaus, pela primeira vez com este nome e com a categoria de vila.

O ciclo poliextrativista teve o seu ápice, nesta época, com grande produção de pirarucu seco e de manteiga de tartaruga, para frituras, além de puxuri, cumaru, guaraná e salsa, exportados para Belém, com a população morando em sítios auto-suficientes, sob o aspecto alimentar, trocando aqueles produtos, por manufaturados, com os regatões das pequenas cidades, quase todas, inclusive Manaus, com pouco mais de 2.000 habitantes, de onde eram reexportados para Belém.

Em 1840, Araújo Amazonas, no seu *Dicionário Topográfico, Histórico e Descritivo da Comarca do Alto Amazonas*, classificou

os seus habitantes em brancos naturais do país e uns poucos estrangeiros (9%), mamelucos, o apuro entre os índios e os brancos (26%), indígenas genuínos, alguns civilizados, outros gentios aldeados, retirados ou esquivos (58%), um número desconhecido de hostis, negros e escravos (3%), e cafuzos, a degeneração dos índios com os negros (4%).

Pela Lei n.º 145, de 24 de outubro de 1848, foi elevada de categoria, com o nome de cidade da N. S. da Conceição da Barra do Rio Negro, que manteve até 1856, quando passou a se denominar definitivamente de Cidade de Manaus. É deste tempo a fundação do seu seminário, o primeiro estabelecimento secundário da região. A cidade crescia desordenadamente, com a concessão de terras, na vila e suas imediações, transformando-a numa verdadeira “Alfama do Rio Negro”, no dizer daquele autor, que lhe avaliou a população em 8.500 habitantes, em 1840, número superestimado, talvez expressando os habitantes de todo o distrito da sede.

Já próximo da criação da Província, Araújo e Amazonas assim a descreveu:

*está em aprazível colina, cortada de igarapés, com três pontes de madeira. É salubre a se não conhecer moléstia dominante e degeneram as que aqui chegam. Tem três bairros: São Vicente, a oeste, Matriz, no centro, e Remédios, a leste, todos aprazíveis e arejados, e têm pontos pitorescos, como o dos Remédios, de onde se avista o resto da cidade, confundidas as casas com a floresta e os mastros das embarcações estacionadas nos igarapés. Tem de cada lado, a oeste e leste, uma cachoeira, a que aflui a população a passeios e banhos, principalmente a de oeste, a não saberem ainda devidamente apreciar.*

*Principiou esta cidade, pelo estabelecimento de algumas famílias de barés, banibas e passés, à sombra da fortaleza de São José do Rio Negro. Sua decadência agravou-se ainda, não só pela revolução da Independência, como pelas desatinadas revoluções que se seguiram até a horrorosa rebelião de 1835, quando a vila tocou a menos de um terço do que outrora fora, e proporcionalmente retrogradou a população em instrução e moral.*

*Consta a cidade de uma praça e dezesseis ruas, pela maior parte curtas e estreitas, e ainda por calçar e por iluminar. As casas são cobertas de telhas, e poucas de sólida fundação, porém são cômodas, espaçosas e desafogadas. Os sobrados são ainda em diminuto número.*

*Seus habitantes provêm de barés, banibas e passés, mas com a transladação da capital de Barcelos é muito natural que se deparem descendentes de paianas, uerequenas e manaus. Vestem a moda séria e asseadamente, as mulheres com gosto e luxo, realçados por natural e superior graça. Falam muito bem o português, conquanto também usem muito da língua geral. Passando parte do dia em banhos, torna-se-lhe o asseio uma qualidade nata. Empregam o tempo que gastam na cidade (durante o inverno ou enchente), em festa de igreja. Bailes, jantares e passeios, e os levam ainda em diversão aos seus trabalhos (no verão ou vazante), aos lagos e praias. Dão-se a empregos eclesiásticos e militares, e mui assiduamente ao comércio, quando escassamente à agricultura, que não excede de algum algodão e café, além de substâncias alimentares. No que se chama comércio, compreende-se a pesca do pirarucu, a manipulação das manteigas de tartaruga e peixe-boi e a extração de drogas preciosas. Seu sustento principal é tartaruga, peixes e aves, do que tudo há em abundância, e carne de gado só aos domingos.*

A cidade tinha toda a estrutura administrativa, judiciária e legislativa necessária.

Dentro deste extrativismo de sítios e feitorias, regatões e barcos à vela, a Comarca evoluía. Em 1849, o presidente do Pará, Jerônimo Coelho, dava-lhe 22.692 habitantes e, em 1851, Fausto Augusto de Aguiar citava 29.904 habitantes, às vésperas da criação da Província do Amazonas.

O primeiro presidente da Província do Amazonas, Tenreiro Aranha, veio tomar posse do seu cargo, embarcando em Belém, a 10 de dezembro de 1851, na barca Guapiaçu, da Marinha, em sua terceira e última viagem, pelo Amazonas, pois estava com as caldeiras defeituosas, mas mesmo assim chegou a Manaus, a 27 de dezembro, após dezessete e meio dias de viagem, gastando 73 toneladas de carvão e 18.000 achas de lenha, cortadas pela própria tripulação, pois a navegação a vapor ainda não era regular.

A Guapiaçu fizera a primeira viagem subindo o Amazonas, a partir de 28 de julho de 1843, levando nove dias e meio em navegação efetiva, entre Belém e Manaus, um notável avanço para o comércio da região e a redução do isolamento, embora fosse um fato tardio, pois as embarcações a vapor já trafegavam há quase meio século. Mas ela só se tornaria efetiva após a formação da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, incorporada pelo barão de Mauá, quando a barca Marajó, a 1.º de janeiro de 1853, saiu de Belém, chegando a Barra às 22 horas e 10 minutos de 11 de janeiro, após 10 dias, 16 horas e 10 minutos de viagem, sendo recebida com grandes festejos.

Até 1852, esta principal rota de navegação era percorrida por 40 a 50 barcos à vela, que levavam de sessenta a cento e vinte dias para vencerem o trajeto, sendo responsáveis pelo escoamento da produção e pelas importações de gêneros e manufaturados, enquanto o comércio de trocas e distribuição continuava a cargo de mais de 2.000 canoas de regatões. Era uma atividade importante, pois nela se empregavam mais de 6.000 tripulantes: brancos e mamelucos, nas atividades de comando e tarefas leves, gentios, índios civilizados, cafuzos, negros e criminosos condenados às galés temporárias ou perpétuas, como remeiros e tripulantes, num trabalho extenuante e insuportável, com freqüentes motins e fugas. Apesar de ultrapassado, este tipo de navegação perdurou ainda por muito tempo, pela falta de capitais, para a aquisição e substituição desta frota. Em 1861, 137 barcos à vela, com 32.999 toneladas e 433 tripulantes, ainda atuavam na região, além de mais de 4.000 canoas de trânsito.

A chegada do barco a vapor alterou as relações internas da Amazônia, e com a oferta de maior tonelagem de transporte, a produção do produto regional mais procurado, a borracha, deslocou-se para os novos seringais descobertos, no Madeira, Manacapuru, Autaz, Codajás e baixo Purus, com a emigração dos seringueiros paraenses do Jari, pela destruição dos seus seringais, decorrente de um inadequado, além de maranhenses e cearenses, necessários para suprir a mão-de-obra pouco numerosa. E assim começaram os choques com os parintins e muras.

Os sítios foram sendo progressivamente substituídos pelos seringais, como unidades de produção. Os regatões, aviadores e compradores do interior, pelos aviadores e compradores de Manaus e pelas companhias de navegação, passando à profissão

de regatão a ser considerada pirataria. O poliextrativismo, pelo monoextrativismo. E Manaus, como sede principal da nova atividade produtora de borracha, cresceu rapidamente, enquanto as sedes dos municípios mantinham-se estagnadas, passando a simples cidades de funcionários, de crescimento meramente vegetativo.

E daquilo que Tenreiro Aranha se queixou, em 1852, a respeito da população da Província, que “vivia em bandos, que todos os anos iam às grandes praias, com excessos e bacanaís, fazer a destruição dos ovos de tartaruga e o fabrico das manteigas, ou para os matos, com maiores riscos e privações, extrair os produtos espontâneos, no que gastavam mais da metade do ano”, e tudo o que retiravam “era para os regatões, a troco de aguardente, com que os regalavam, e de uma calça e camisa de riscado caseiro, não se fazendo mais telhas e tijolos para as construções, observando-se por toda a parte o aniquilamento dos serviços rurais e mecânicos”, tudo desapareceria, avassalado pela fome mundial de borracha. Além da manteiga de tartaruga e o pirarucu, o alimento mais consumido e exportado sob a forma de piraém, eram produtos espontâneos, dessa época em término, a salsa, a castanha, o breu, o cravo, o cumaru, a estopa, a jutaicaica, a mixira, a copaíba, o puxuri, a andiroba, o cacau, entre outros.

Em 1852, o Município da Barra possuía 5.132 habitantes, subindo para 9.813, em 1856 e 14.603, em 1859. Enquanto isto, em 1856, o distrito da capital, abrangendo a cidade, a periferia, o Purus, Manacapuru e Codajás, possuía 9.813 habitantes, e segundo o médico Antônio José Moreira, a capital tinha apenas 1.200 ou 1.300 habitantes, dos quais 70% (800), adquiriram febre amarela, pela primeira vez, naquele fatídico ano. Neste mesmo ano, a Barra possuía uma igreja (Remédios), os prédios

da Câmara Municipal e da cadeia, dois quartéis, a recebedoria e a tesouraria da Fazenda, 89 casas térreas particulares telhadas, 12 casas telhadas em construção, 122 casas cobertas de palha e 6 casas de palha em construção, totalizando 243 edificações, que corresponderiam àquela população, com 5 habitantes por casa. Havia uma tipografia, quatro cartórios, uma botica, trinta e cinco lojas de fazendas, bebidas e outros gêneros, duas padarias, uma marcenaria, três alfaiatarias, três oficinas de sapateiro, uma de ourives e duas ferrarias. Havia um Tribunal do Júri, e na cadeia, quatorze presos, todos às expensas da Câmara, com os quais gastava a maior parte de suas verbas.

A partir de 1856, e definitivamente, após 1858, a borracha superou o pirarucu seco, como o maior produto de exportação e, desde então, a Província entrou no monoextrativismo, uma vez que as demais produções ultrapassavam pouco mais de 10% do total.

Novas descobertas – a vulcanização, a eletricidade, os cabos submarinos, os telefones, as bicicletas, os automóveis e os esportes de massa, a exigirem sempre mais borracha, necessitavam de mais seringais em produção e mais seringueiros trabalhando, e assim aconteceu a expansão amazonense, a partir de 1850, com a exploração dos seringais do Madeira, Purus, Juruá, Javari e outros rios, que não estavam incorporados ao país. Além disso, a região, que se despovoara com a remessa de grandes levas populacionais indígenas, na fase colonial, para o Pará e Maranhão, não possuía mão-de-obra suficiente para atender a demanda, sendo necessária a entrada de migrantes, o que de fato ocorreu a partir de 1856. Inicialmente, os seringueiros paraenses que haviam destruído os seringais do Jari, para o Madeira e Autaz, e depois maranhenses e cearenses, para o Purus e Manacapuru–Codajás.

Embora um dos primeiros incentivos à colonização date do tempo de Pombal, com a instalação de casais mistos, em Borba, durante o Império tivemos as tentativas das Colônias Mauá e de Itacoatiara, feitas pela Companhia de Navegação e Comércio, de Mauá, com a introdução de imigrantes espanhóis, portugueses, chineses e os últimos escravos africanos apreendidos em Serinhaém e São Mateus, que não prosperaram, o mesmo ocorrendo com as colônias americanas de Santarém e Cavalão Coche, no Peru. Em 1869, João Gabriel de Carvalho Melo trouxe 65 cearenses para o Purus, e Rocha Thury, 600 paraenses para Codajás e Purus, por volta de 1870.

Passos de Miranda, em 1876, formulou um plano de imigração e colonização da Província, pelo qual seriam contratadas famílias, com um ano de alimentação, casa e terras. Neste plano, seriam aproveitados os 30.000 índios pela catequese e formação de núcleos, ensinando-lhes agricultura. Haveria uma colônia indígena em cada rio e qualquer pessoa que criasse um núcleo de 200 índios teria subvenções. Foram construídos barracões e abertas duas léguas de estrada, em continuação à Epaminondas. Este plano possibilitou a absorção dos emigrantes que começaram a chegar, no ano seguinte, do Nordeste, para a redução da pressão social, naquela região, em decorrência de sucessivas secas. De 1877 a 1879, entraram mais de 6.000, indo para o interior, para a construção da Madeira-Mamoré, e outros, para as novas colônias da periferia de Manaus e, entre elas, as de Santa Izabel, no Tarumã-Mirim, e Maracaju.

Durante todo o Império, a população da Província e de Manaus continuou a crescer, graças a este fluxo migratório constante, ficando os estrangeiros, na capital, e a maior parte dos nordestinos, no interior. Um exemplo é o movimento migratório de 1883:

	Nacionais	Estrangeiros	Total
Entrados	5.020	577	5.597
Saídos	2.493	322	2.815
Internos	7.915	389	8.304

As populações da capital e da Província cresceram respectivamente 1.111% e 358%, no período de trinta e quatro anos, conforme o quadro abaixo:

Província (censos)		Capital (estimativa)	
1856	41.311	1856	1.800
1872	57.612	1883	10.000
1890	147.915	1889	20.000

Em 1880, a cidade de Manaus crescia na direção da 7 de Setembro, até além da Joaquim Nabuco, já ultrapassando as suas duas pontes, e na dos Remédios, após a construção da ponte de ferro, até a região do futuro mercado, logo a ser construído, pelo norte, atingia a Praça da Saudade, pela Epaminondas, e a Praça de São Sebastião.

Neste período, as melhorias urbanas foram contínuas, entrando República adentro, e entre elas poderíamos relacionar:

- 1854 Cemitério dos Remédios.
- 1856 Iluminação a gasogênio e cemitério São José.
- 1857 Educandos Artífices.
- 1860/61 Reconstrução do Hospital Militar de S. Vicente.
- 1864/66 Calçamento da Praça Tamandaré e outras ruas.

	Abertura da Epaminondas, que seria o eixo principal, até o cemitério da Praça da Saudade.
1867/68	Calçamento da 7 de Setembro, entre a Praça Pedro II e a ponte do Espírito Santo, e depois até o igarapé do Aterro, e da Praça Riachuelo.
	Construção do Cais da Praça Tamandaré. Aterro e calçamento da Praça da Imperatriz.
1867	Praça de São Sebastião.
1869/73	Palacete Provincial – QG da Polícia Militar.
1870	Luz a querosene.
1871	Mercado do Largo da Imperatriz.
1871/72	Calçamento das ruas Quintino Bocaiúva. Marechal Deodoro, Guilherme Moreira. Marcílio Dias e 7 de Setembro até o Aterro.
	Abertura da Praça 28 de Setembro (Polícia).
1873	Pedra fundamental do Hospital da Caridade.
1874	Avenida Joaquim Nabuco (estrada Corrêa de Miranda), o conserto das pontes de madeira e a abertura da navegação a vapor de longo curso.
1874/80	Construção do prédio da Câmara, atual Prefeitura.
1877	Pontes de madeira sobre os igarapés de Manaus e Bittencourt.
1878	Inauguração da Matriz.
1879	Calçamento das ruas Lobo D'Almada, Henrique Antony, Itamaracá e Miranda Leão (Remédios).
1880	Inauguração da primeira enfermaria da Santa Casa
1880/81	Ponte de ferro dos Remédios.
1881/86	Ginásio.
1882	Iluminação a gás.
1880/85	Aterro da Praça Paissandu, quadrilátero formado pelas ruas Eduardo Ribeiro, Saldanha Marinho, Lobo D'Almada e 7 de Setembro.
1883/84	Represa da Castelhana e rampa dos Remédios.

1883	Mercado novo
1885	Jardim Botânico.
1887/88	Chalé da Praça D. Pedro II.
1888	Serviço de águas e serviço telefônico.

São interessantes ainda os Códigos de Posturas de Manaus, na época imperial, por contarem muito do cotidiano da vida daquele tempo. O mais antigo é o de 1838, nele foram tratados, em vinte e quatro artigos, assuntos diversos como a obrigatoriedade de consultar o arruador para construção de prédios; a capinação das ruas, as cercas dos terrenos, a necessidade de licença para estabelecer lojas, armazéns, tabernas, botequins, casas de pasto, tabuleiros e canoas; o controle de pesos e medidas; a compra e venda de café, pelo peso de quarenta libras; a compra e venda de farinha, *porvilho*, carimã, pelos padrões da Câmara; o jogar lixo no mato; o combate ao monopólio de gêneros; o de atravessar peixe, sem vender a consumidor; a proibição de vozerios, injúrias e obscenidades nas ruas; o controle da elefantíase; a proibição de soltar fogos e salvas sem autorização do juiz de paz; e a proibição de porcos nas ruas, entre outros.

O segundo Código, mais complexo, feito em 1872, proibia as escavações dos leitos e margens dos igarapés, o “deitar lixo, pedras, coisas pútridas ou outros materiais, que pudessem alterar a qualidade das águas e cortar árvores das beiras dos igarapés; determinava manter as vasilhas para transportar e vender água, sempre limpas; autorizava lançar as matérias fecais coletadas, na correnteza do Rio Negro, a partir das nove da noite; controlava os veículos de tração animal; disciplinava a abertura de ruas; proibia o uso de foguetes; disciplinava o entrudo, as farmácias, os pesos e medidas; proibia insultos, ofensas, alaridos, assuadas e correrias nas vias públicas, a

embriaguez pública, o banho nu no litoral e igarapés, andar seminu, portar facas e o trânsito de pessoas alienadas ou com elefantíase; obrigava o uso da vacina antivariólica, para crianças acima de três anos; dispunha sobre a diamba, o timbó, a divagação de cães e porcos, o trânsito de escravos após as nove horas da noite e outras medidas, que explicam de maneira simples os maiores problemas sociais da época.

Em 1889, no crepúsculo do Império, com retirantes da seca de 1888, foram instaladas as colônias João Alfredo e Oliveira Machado, na periferia da cidade, e Janauacá e 13 de Maio, no Careiro.

Um fato social da última década do Império foi a libertação dos escravos do Amazonas, a 10 de julho de 1884, feita pela Província, mediante compra. Manaus libertou os seus escravos a 24 de maio do mesmo ano.

Como centro da riqueza seringueira, dominada por estrangeiros e mamelucos da terra, a cidade proibia o seu acesso aos migrantes nordestinos pobres, confinados a hospedarias ou de quarentena, nos navios, jamais podendo desembarcar, na Paris dos Trópicos, somente quando voltavam ressuscitados e ricos dos seringais, para gastar suas economias na infra-estrutura turística da Manaus da *Belle Époque*.

O ciclo da borracha continuava atraindo milhares de pessoas, oriundas do exterior e do Nordeste, a partir dos anos iniciais da República, pelas descobertas das câmaras para bicicletas e depois dos pneus, para automóveis. A procura do produto tornara-se cada vez maior e seus preços sempre em ascensão, nas bolsas de Londres e de Nova Iorque. E este período áureo continuou até a grande queda de preços de 1910, artificial-

mente mantidos altos para a capitalização das empresas de plantações do Oriente.

Entre 1890 e 1910, Manaus e Belém foram as mais progressistas capitais brasileiras, adiantando-se a quase todas, em seus melhoramentos urbanos. A qualidade de vida urbana atingiria o seu pico neste entretempo. A população do município cresceu para 52.000 habitantes, em 1900, e calculava-se, para 1910, uns 100.000 habitantes. A cidade crescera até a Cachoeirinha, chegando à avenida Castelo Branco, Borba e Carvalho Leal, por onde seguia a linha de bondes e a Constantinópolis, a leste; ao São Raimundo, a oeste; e ao norte, ultrapassava o Boulevard, com as linhas de bondes indo ao longínquo Flores, ao Entroncamento, ao cemitério São João (1893), à Vila e à rua Belém, até se encontrar com a Carvalho Leal, percorridas pelas linhas de bondes Circulares. Nessas linhas, mais afastadas, os bondes chegavam a desenvolver estonteantes 40 quilômetros, por hora, causando admiração até aos estrangeiros.

E a riqueza originada da borracha, que chegou a incrível cotação de 20 quilos de ouro por tonelada, em 1910, incluía a Amazônia entre os leões do Império britânico, fornecendo-lhe 600 toneladas de ouro por ano, que também financiavam o restante do Brasil, com campanhas de saúde, estradas de ferro, colonização, portos e até na manutenção do preço do café, além das plantações da Malásia, facilitando o desenvolvimento da indústria automobilística e do futebol inglês e de outros esportes de massas, que não teriam interesse sem as saltitantes bolas de câmaras de látex. Tudo isto centrado na atividade de uns 300 a 400.000 seringueiros nordestinos, dos quais morriam mais de 10%, por ano, necessitando de constante substituição.

E também o embelezamento e a modernidade de Manaus dependeram disso, pois o Estado cobrava 25% sobre a borracha produzida, em impostos, que propiciaram as comodidades urbanas seguintes:

1884/96	Teatro Amazonas.
1894	Bonde elétrico em extensa malha, servindo toda a cidade e os arrabaldes.
1895/96	Luz elétrica.
1896	Cabo subfluvial para Belém e daí para a Europa.
1899	Palácio de Justiça.
1900/1909	Porto.
1906	Esgotos.

Além desses melhoramentos, relacionamos os trabalhos de controle de moléstias infecto-contagiosas, vacinações, calçamento de praças, abertura de avenidas, aterros de igarapés, monumentos, construção de edifícios públicos e particulares de ótimo padrão.

As plantações do Oriente, porém, cresciam.

A partir de 1910, com as sucessivas quedas de preço e aumento da produção da Malásia e Indonésia, a cidade e a região entraram em declínio. Em 1913, existiam, somente no centro de Manaus, mais de 2.500 casas abandonadas, o que representaria umas 20.000 pessoas a menos. A população passava necessidades por falta de recursos e de gêneros, chegando a se cotizar para sobreviver. Milhares de pessoas abandonaram o Amazonas sem nada. E nesta situação, a pandemia de gripe espanhola atingiu, sem pena, os seus habitantes famintos e carentes, inclusive pela falta de abastecimento, em decorrência da Grande Guerra. Entre setembro de 1918 e janeiro de 1919,

cerca de 6.000 pessoas morreram, no município, e mais de 2.000, só no centro.

Em 1920, a população foi estabelecida em 70.000 habitantes, caindo para 66.000, em 1940, e só voltando a crescer a partir de 1950. Nestes trinta anos, o valor da borracha caiu a preços vis, pela superprodução das colônias européias, a ponto delas criarem uma restrição de produção, a restrição Stevenson, que determinou aos americanos a buscarem suas próprias plantações, até na Amazônia, como foi o caso de Fordlândia. Só não deixamos de produzir, pela nossa maior proximidade dos pontos consumidores, pelo grupo Booth e pelo aparecimento de uma indústria brasileira de borracha, que, a partir de 1930, vinculou a Amazônia definitivamente ao Brasil.

Além das necessidades americanas de borracha, a região passou a ter outros produtos alternativos, a partir de 1930, como a castanha, os couros de jacaré, a balata, a sorva, as madeiras e a juta, que trouxeram alguma renda extra. Mas com a Segunda Grande Guerra a região foi cedida, para um esforço de guerra, pelos acordos de Washington, a Rubber Development Corporation (RDC) encarregada de suprir os Estados Unidos deste produto vital, para a fabricação de pneus de aviões. Por esses acordos, a troca do reequipamento de nossas Forças Armadas, de Volta Redonda e da Estrada de Ferro Minas-Vitória, a Amazônia teria de produzir borracha natural, a preços firmes, como participação do país na Guerra, pois a região produtora do Oriente estava ocupada pelos japoneses. Assim, antes de declarar guerra, o Brasil implicitamente participava do conflito, daí os torpedeamentos de nossos navios e a quebra de fornecimentos ao Amazonas por falta de transporte, o que causou a falta de numerosos produtos, principalmente alimentícios, em nossa cidade.

O esforço desenvolvido pela RDC incluiu o financiamento dos produtores de borracha e a sua compra, por um Banco da Borracha, a introdução de mão-de-obra nordestina, os soldados da borracha, para aumento da produção, o abastecimento da região e um sistema de saúde para a região. Contudo, o tradicional comércio de aviamentos foi totalmente desmantelado, e jamais se recuperou desde então.

Primeiramente, os habitantes das cidades do interior, e posteriormente, após o fim da guerra, dos seringais migraram para Manaus, iniciando um crescimento de casas de palha, palafitas e flutuantes, nos igarapés do centro e dos novos bairros Imboca/Santa Luzia, Morro da Liberdade, Raiz, Crespo, São Lázaro, Betânia, São Francisco e Petrópolis, a leste; Santo Antônio, Glória e Compensa, a Oeste e Matinha, S. Geraldo, Chapada, São Jorge, Beco do Macedo e Vila Amazônia, ao Norte, e a Cidade Flutuante, no centro. O hemicírculo de ferro dos trilhos dos bondes, que marcava o limite externo da cidade, passando pela Castelo Branco, Borba, Carvalho Leal, Belém, São Luís, Entroncamento e Boulevard Amazonas, foi ultrapassado. O município chegava a 89.000 habitantes, em 1950; 152.000, em 1960; e 284.000, em 1970.

A Revolução de 1964 criou a Zona Franca de Manaus, que trouxe um crescimento espantoso e desordenado à cidade, com a criação de numerosos empregos, trazendo uma quantidade enorme de brasileiros oriundos do Pará, Ceará e do interior do próprio Amazonas, a ponto de hoje Manaus ser a segunda cidade paraense e cearense. A população cresceu para 1.000.000, em 1990, e 1.500.000, em 2000, com a total perda de controle do crescimento urbano. A cidade é gigantesca por ser horizontal e o seu sistema administrativo extremamente centralizado e sem ações contínuas. O sistema de drenagem sanitária, um caos.

Em 1967, tive a oportunidade de efetuar, com o Serviço de Vigilância Sanitária, um censo demográfico, habitacional e sanitário de Manaus, encontrando 228.000 habitantes e novos bairros como São Lázaro, Crespo, Betânia, Compensa, Jardim dos Barés e outros. As maiores concentrações estavam em Santa Luzia, com pouco mais de 40 hectares e 8.000 habitantes, e em Educandos, São Jorge e Glória.

As casas telhadas eram 25.000 ou 58%, das quais mais de 50%, no centro. As de palha, 16.000 ou 37%, sendo que na Glória, São Geraldo, São Lázaro, Aleixo/V8, Betânia, Colônia Oliveira Machado, iam a mais de 70%.

A situação quanto a esgotos já era calamitosa. Apenas 8.130 casas ou 18% tinham esta comodidade, das quais 61%, no centro. As casas com fossa iam a 26.811 ou 62% do total e 8.500 ou 20%, despejavam diretamente os dejetos nos igarapés. Hoje, com mais de 300.000 moradias, a situação piorou e o resultado é a poluição total dos igarapés, verdadeiros esgotos a céu aberto.

Com as sucessivas e desordenadas invasões, e a construção de conjuntos habitacionais, sem usinas de tratamento de dejetos, surgiram Parque 10, Flores, Alvoradas, Vilas Militares diversas, Vieiralves, Coroado, Campos Elíseos, Santo Agostinho, Ajuricaba, Lírio do Vale, Cidade Nova, Canarana, São José, Japiim, Coroados, e dezenas de outros bairros, onde vivem centenas de milhares de pessoas, dependentes de empregos do Distrito Industrial.

Estamos numa perigosa encruzilhada e de novo sem destino seguro para as futuras gerações, que continuamente tiveram suas esperanças cortadas pelos economistas do

Centro-Sul, e perspectivas limitadas aos tabuleiros de camelô, às flanelas e gangues de proteção de automóveis, às galeras, à venda de tóxicos, à prostituição ou à migração, para outras regiões de futuro mais certo e continuamente protegidos, pelos donos do poder nacional.

A nação precisa ser alertada para o erro que comete na Amazônia, e, em particular, com o descaso quanto ao futuro de Manaus. Devemos estar atentos para este futuro que se aproxima, com este barril de pólvora social, sobre o qual Manaus está assentada. Precisamos de novas providências, a fim de darmos saúde econômica e esperança para os manauenses e manauaras. Os que podiam fazer muito por esta cidade estão encastelados, nos seus protegidos bairros de *apartheid* social e não vivem o nosso dia-a-dia, sendo apenas habitantes temporários, desinteressados no futuro da nossa cidade e da nossa sociedade.

A Amazônia só pode ser realmente redimida pelos que escolheram esta região como a de seu futuro e de seus filhos. Os demais são tão-somente carreiristas e oportunistas.

Manaus, 15 de maio de 2000.



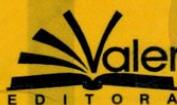


---

Este livro foi impresso na cidade de Manaus/AM, em outubro de 2001, pela Gráfica Silva. A família tipográfica utilizada na composição do texto foi Times no corpo 11. O projeto gráfico - miolo (edi-toração/fotolitos) e capa - foi feito pela Valer Editora. Os fotolitos da capa foram produzidos em Manaus pelo Bureau.com.

**O** arraial do rio Negro, como vem escrito e citado vulgarmente, e lemos na correspondência dos governadores e em outros diplomas régios e de outras autoridades, tem começo com a ereção da Fortaleza da Barra do Rio Negro, em 1669, atribuída ao capitão Francisco da Mota Falcão e a seu filho natural Manuel da Mota Siqueira, peritos militares. Foi dedicada a Jesus, Maria e José, daí chamar-se Fortaleza de São José do Rio Negro, Fortaleza da Barra, Casa-Forte, ocorrência que acabou por justificar o da própria Capitania de São José do Rio Negro. Mas, tirante essa quase confusão de oragos, o local foi mesmo dedicado à Nossa Senhora da Conceição, e também se pode ler às vezes N. S. da Conceição da Barra do Rio Negro.

*Mário Ypiranga Monteiro*



ISBN 85-7512-039-5



9 788575 120392



## AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: [ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM](mailto:ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM)

Secretaria de  
**Estado de Cultura**



CENTRO CULTURAL DOS  
POVOS DA AMAZÔNIA